

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Luciana Bortolucci de Oliveira

**Uma análise do baixo acesso dos Boletins Pedagógicos de resultados do
Spaece 2017**

Juiz de Fora
2020

Luciana Bortolucci de Oliveira

**Uma análise do baixo acesso dos Boletins Pedagógicos de resultados do
Spaece 2017**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Silva Faria

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Luciana Bortolucci de.
Uma análise do baixo acesso dos Boletins Pedagógicos de resultados do Spaece 2017 / Luciana Bortolucci de Oliveira. -- 2020.
74 f. : il.

Orientadora: Edna Silva Faria
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2020.

1. Avaliação educacional. 2. Gestão para resultados. 3. Divulgação de resultados. 4. Boletins Pedagógicos. 5. Spaece. I. Faria, Edna Silva, orient. II. Título.


Luciana Bortolucci de Oliveira

**Uma análise do baixo acesso dos Boletins Pedagógicos de resultados do
Spaece 2017**

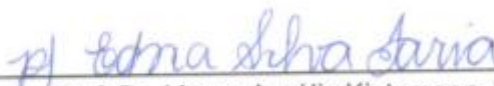
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 09 de outubro de 2020.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Edna Silva Faria - Orientadora
Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dra. Naira da Costa Muylaert Lima
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de cursar o mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora é uma grande vitória para mim, que cursei toda a educação básica em escola pública e, por um momento da vida, não tive certeza de qual caminho seguir, mas sempre vi na educação a oportunidade de mudar as coisas para melhor. Tendo a convicção de que sozinha não conseguiria chegar até aqui, utilizo este espaço para agradecer àqueles que estiveram ao meu lado, especialmente nesses pouco mais de dois anos dedicados ao curso.

Primeiramente, agradeço a minha mãe, por sempre acreditar no meu potencial, nunca me deixar desistir do meu sonho de fazer um curso superior e insistir para a minha formação continuada, a qual me rendeu as minhas melhores oportunidades, e ao meu pai, por me fazer me apaixonar pelo mundo da leitura, sendo o meu maior exemplo de leitor, e por me mostrar a importância de estar sempre bem-informada.

Os meus dois irmãos também foram fundamentais nesta realização, o Pe, pois confiou em mim e investiu literalmente no meu sonho de cursar licenciatura em Letras, que me fez ter certeza de qual carreira seguir, sem nunca ter cobrado nada em troca, e o João, por compartilhar comigo as dores e os prazeres de ser um profissional da educação no nosso país. Agradeço, também, ao Leandro, meu companheiro nesta e em tantas outras jornadas, por ouvir todos os meus anseios e todas as minhas lamentações, e me dar forças para continuar, e ao Dionísio, que esteve ao meu lado em exatamente todos os momentos da escrita desta dissertação, fazendo com que o processo fosse menos solitário.

Um agradecimento especial aos professores e aos Agentes de Suporte Acadêmico (ASA) do curso, especialmente a Marina Terra e a Edna Faria, por toda orientação e apoio, e a Naira Muylaert e ao Marco Aurélio Kistemann, pelos importantes apontamentos na banca de qualificação. Além disso, não posso deixar de agradecer ao CAEd/UFJF, pelo investimento em mim como profissional da instituição e pelas liberações de jornada para os períodos presenciais.

Agradeço também a todos os meus colegas de equipe, principalmente a Sheila, que me incentivou e me apoiou desde o primeiro momento, e a Priscila, a Wal, a Carmilva, ao Wagner, ao Rômulo e ao Alexandre, pessoas imprescindíveis para a conclusão deste curso, mas também a todos aqueles que atuam ou já atuaram comigo

no dia a dia e me fazem sentir orgulho do caminho que eu escolhi: Denise, Luciana, Carol, Cláudia, Fabi, Fran, Paulo, Allan, Felipe, Carla e Vânia.

Por fim, agradeço aos amigos que fiz no curso, pois eles foram fundamentais neste processo: Rachel, Verônica, Dani, Flávia, Ana Paula, Tiago, Bete, Bruna e Lethycia, e aos outros colegas, que vieram de vários lugares do país, trazendo suas experiências e enriquecendo ainda mais este processo.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado tem como situação-problema o fato de que é possível comprovar que os Boletins Pedagógicos não são visualizados por um grande número de usuários, verificando os acessos ao *site* do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace). Nesse sentido, a questão de pesquisa investigada foi: quais são as possíveis causas do baixo acesso aos Boletins Pedagógicos do Spaace? Este trabalho teve como objetivo realizar uma investigação com a equipe do CAEd/UFJF responsável pela produção dos Boletins e com representantes da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) a respeito das possíveis causas do baixo acesso. Para tanto, a metodologia utilizada para a investigação proposta foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada com funcionários da equipe do CAEd/UFJF e representantes da Seduc. A justificativa desta pesquisa decorreu do fato de haver, comprovadamente, um baixo acesso e, conseqüentemente, pouca leitura dos Boletins; portanto, o ponto principal do trabalho encontra-se na divulgação de resultados do Spaace e nos Boletins Pedagógicos como facilitadores da leitura e apropriação dos resultados. Os objetos de estudo foram os Boletins Pedagógicos elaborados pelo CAEd/UFJF e disponibilizados no *site* do Spaace. Nesse sentido, a pesquisa apontou que a demora para a divulgação dos Boletins no *site* (cerca de dez meses após a aplicação da avaliação) e o formato do arquivo (que não é desenvolvido para a leitura na *web*, mas sim para a posterior impressão) são os principais motivos desse baixo acesso. A partir da análise dos resultados da pesquisa, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) com vistas a apresentar caminhos para que o produto possa cumprir o seu papel de auxílio na divulgação dos resultados já no próximo ciclo de avaliação. As principais ações do PAE consistem em sugerir que o Boletim e os resultados preliminares do Spaace sejam publicados concomitantemente no *site* e que o material seja desenvolvido em formato PDF pensado para a leitura na *web*, com fonte, cor e diagramação adequadas.

Palavras-chave: Avaliação educacional. Gestão para resultados. Divulgação de resultados. Uso dos resultados da avaliação. Boletins Pedagógicos. Spaece.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master's degree in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) of the Public Policies Center and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case studied has as a problematic situation the fact that it is possible to prove that the Educational Bulletins are not visualized by a large number of users, verifying the accesses to the website of the Permanent System of Evaluation of Ceará Basic Education (Spaece). Thus, the investigated research question was: what are the possible causes of low access to Spaece Educational Bulletins? This study aimed to investigate the possible causes of the low access together with the CAEd/UFJF team responsible for the production of the Bulletins and with representatives of the Ceará State Secretariat of Education (Seduc). Therefore, the methodology used for the proposed investigation was a qualitative research, through semi-structured interviews with employees of the CAEd/UFJF team and representatives of Seduc. The justification for this research was because there was, evidently, low access and, consequently, little reading of the Bulletins; hence, the main point of the work lies in the dissemination of Spaece results and the Educational Bulletins as facilitators of the reading and appropriation of the results. The study objects were the Educational Bulletins prepared by CAEd/UFJF and made available on the Spaece website. For this purpose, the research pointed out that the delay for the dissemination of the Bulletins on the website (about ten months after the evaluation application) and the file format (which is not developed for reading on the web, but for later printing) are the main reasons for this low access. Based on the analysis of the research results, an Educational Action Plan (PAE) was proposed to present ways so that the product can fulfill its role of helping to disseminate the results in the next evaluation cycle. The main actions of the PAE suggest that the Spaece Bulletin and preliminary results be published concomitantly on the website and that the material be developed in PDF format designed for reading on the web, with an appropriate font, color, and layout.

Keywords: Educational evaluation. Management for results. Dissemination of results. Use of evaluation results. Educational Bulletins. Spaece.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	-	Sistemas estaduais e municipais – ciclo 2019	25
Esquema 1	-	Os cinco macroprocessos da pesquisa de avaliação	27
Esquema 2	-	Os processos do macroprocesso de Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional	28
Quadro 1	-	Evolução do Spaece no ensino fundamental	31
Quadro 2	-	Evolução do Spaece no ensino médio	32
Figura 1	-	Reprodução das capas da coleção Spaece 2017	35
Figura 2	-	Reprodução parcial do “Roteiro de leitura e análise”	37
Gráfico 1	-	Visualizações de páginas do <i>site</i> do programa Spaece	38
Figura 3	-	Reprodução de uma página dupla do Boletim do Spaece 2017	52
Figura 4	-	Reprodução parcial da página inicial do <i>site</i>	56
Quadro 3	-	Problemas identificados, ações propositivas e objetivos	57
Figura 5	-	Reprodução parcial da <i>home</i> da nova plataforma de avaliação e monitoramento da educação do Ceará	59
Figura 6	-	Reprodução parcial do Boletim do Professor do Spaece 2019	60
Quadro 4	-	Organização da equipe para a elaboração dos Boletins do Spaece	61
Quadro 5	-	Elaboração de roteiros e sugestões de atividades para os Boletins do Professor	63
Quadro 6	-	Reestruturação do modelo PDF dos Boletins do Spaece	64

LISTA DE SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica
Anresc	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDC	Coordenação de Design da Comunicação
Cesgranrio	Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio
Cespe	Centro de Seleção e Promoção de Eventos
Crede	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
Faced	Faculdade de Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
Naep	National Assessment of Educational Progress
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAE	Plano de Ação Educacional
Paebes	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo
Paic	Programa Aprendizagem na Idade Certa
PDF	Portable Document Format
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
Plametas	Plano de Metas do Diretor
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-Graduação Profissional
Proalfa	Programa de Avaliação da Alfabetização
ProEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional

Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saepe	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco
Sedu	Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo
Seduc	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
Spaece	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E RESULTADOS: OS BOLETINS PEDAGÓGICOS DO SPAECE	16
2.1	GARANTIA DO DIREITO DE APRENDER E O SURGIMENTO DO SAEB NA DÉCADA DE 1990	16
2.2	CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA UFJF	23
2.2.1	Os macroprocessos da pesquisa de avaliação do CAEd/UFJF	26
2.3	SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ (SPAECE)	29
2.4	DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DO SPAECE	33
2.4.1	Boletins Pedagógicos e apropriação dos resultados do Spaece	34
3	REFLEXÕES A RESPEITO DA GESTÃO POR RESULTADOS NO CONTEXTO DO SPAECE	40
3.1	GESTÃO POR RESULTADOS NO CONTEXTO DA TERCEIRA GERAÇÃO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	40
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	45
3.3	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO	46
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: SUBSÍDIOS PARA O REPLANEJAMENTO DOS BOLETINS PEDAGÓGICOS DO SPAECE	57
4.1	UMA NOVA PROPOSTA PARA OS BOLETINS PEDAGÓGICOS DO SPAECE	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com a equipe do CAEd	73
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com os representantes da Seduc	74

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) é uma instituição que tem como um dos propósitos elaborar e desenvolver programas de avaliações externas, tanto estaduais quanto municipais. Além de viabilizar meios para que estados e municípios mensurem o rendimento dos estudantes, o CAEd/UFJF oferece cursos de qualificação, aprimoramento e formação para os profissionais que atuam nas redes de ensino avaliadas.

Os Boletins Pedagógicos são um dos materiais desenvolvidos pelo CAEd/UFJF que visam a auxiliar na divulgação dos resultados das avaliações externas. Eles são desenvolvidos quando previstos em contrato firmado com as secretarias de educação, a partir do resultado da avaliação externa, tendo como finalidade orientar não somente a leitura, mas também a compreensão das informações divulgadas sobre o desempenho dos estudantes, de modo a subsidiar a apropriação dos resultados da rede e, mais especificamente, das escolas para melhoria das práticas pedagógicas e, conseqüentemente, do processo de ensino-aprendizagem.

A autora desta dissertação, cuja formação inicial é licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas, ingressou no CAEd/UFJF em janeiro de 2017 como Analista de Material Didático na antiga Coordenação de Design da Comunicação (CDC). Nesse cargo, era responsável pela revisão dos materiais virtuais e impressos dos cursos oferecidos pela instituição; organização dos recursos didáticos na plataforma *Moodle*; catalogação dos recursos didáticos virtuais elaborados pela equipe envolvida nos cursos; e atuava como responsável pelos assuntos administrativos/burocráticos relacionados a materiais didáticos do CAEd.

Após alguns meses de atuação, a pesquisadora sentiu-se motivada a continuar os estudos, optando por uma especialização em Gestão Educacional (concluída em setembro de 2019). Já em 2018, ingressou no Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/UFJF) por meio das vagas destinadas aos funcionários do CAEd/UFJF.

Atualmente, exerce a função de Analista de Avaliação, sendo responsável por produzir análises educacionais com base nos resultados das avaliações; participar de atividades de pesquisa; produzir materiais e ministrar oficinas de divulgação dos

resultados das avaliações; além de outras atividades relacionadas à análise e divulgação dos resultados. Entre essas atividades está a revisão e a participação na elaboração dos textos que compõem os Boletins Pedagógicos.

No CAEd, os Boletins são produzidos pela equipe responsável pelo macroprocesso da Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional, composta por Analistas de Avaliação, Designers Instrucionais e Agentes de Editoração. Nesse contexto de trabalho, desenvolvendo as atividades relacionadas à divulgação dos resultados das avaliações e aos Boletins, surgiu o interesse da pesquisadora, que vê no material produzido pelo CAEd um importante instrumento de apoio para os atores educacionais, de pesquisar a utilização desse material por aqueles a quem ele é destinado.

Assim, o foco deste trabalho são os Boletins Pedagógicos do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace), elaborados pelo CAEd, que objetivam viabilizar uma melhor utilização e divulgação dos resultados dos testes aplicados. A escolha por pesquisar esse sistema de avaliação dá-se pelo fato de que, além de o Ceará ser pioneiro em avaliações estaduais, a parceria entre a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) e o CAEd/UFJF existe desde 2007. Cabe destacar que a Seduc e o CAEd/UFJF firmam contratos por ciclos de aplicação das avaliações; assim, para o ciclo de 2017, a Seduc optou por divulgar os Boletins Pedagógicos apenas por meio do *site* do sistema.

O Spaace passou por diversas mudanças desde a sua implementação, em 1992 e, a partir da avaliação, foram instituídas várias políticas públicas educacionais, como o Programa Aprendizagem na Idade Certa (Paic) e o Mais Paic, o Prêmio Escola Nota 10, o Programa Aprender pra Valer, entre outros. Isso demonstra o quanto a Seduc tem investido em políticas públicas educacionais a partir dos resultados do Spaace.

A coleção de Boletins Pedagógicos do Spaace é composta por sete volumes: Boletim do Sistema (destinado aos gestores de rede e de instâncias regionais); Boletim do Gestor Escolar (destinado à equipe gestora de cada escola); Boletim do Professor – Spaace – Alfa; Boletim do Professor – Língua Portuguesa – Ensino Fundamental; Boletim do Professor – Matemática – Ensino Fundamental; Boletim do Professor – Língua Portuguesa – Ensino Médio; e Boletim do Professor – Matemática – Ensino Médio. Além disso, são produzidos a Revista Contextual e o Sumário

Executivo¹, ambos em dois volumes: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Essa coleção é disponibilizada no *site* do Spaece (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019a).

Analisando o número de acessos ao *site* desse sistema de avaliação, também desenvolvido pelo CAEd/UFJF, verificou-se que os Boletins Pedagógicos não são visualizados por um grande número de usuários, o que pode ser um indício de que esses produtos não são muito utilizados pelos profissionais das redes. Uma vez que, desde o ano de 2014 não ocorre mais a impressão gráfica, o *site*, atualmente, é a única forma de quantificar as leituras desse material. De 95.763 usuários que acessaram a página inicial do *site* do Spaece no período de 1 ano (contado a partir da data de publicação da coleção de 2017), apenas 11.767 acessaram a página em que fica disponível a coleção, ou seja, 2,7% da porcentagem total de visualizações ao *site* (435.951). Contudo, destaca-se que não é possível garantir que esses 2,7% leram efetivamente o material.

Nesse sentido, a justificativa desta pesquisa se deu pelo fato de haver, comprovadamente, um baixo acesso e, conseqüentemente, pouca leitura dos Boletins. Entende-se, portanto, que a pesquisadora possui os subsídios necessários para a investigação desse baixo acesso.

Assim, a questão de pesquisa investigada foi: **quais são as possíveis causas do baixo acesso aos Boletins Pedagógicos do Spaece?** O objetivo geral foi investigar, tanto com a equipe responsável pela produção dos Boletins quanto com representantes da Seduc, quais são as possíveis causas do baixo acesso aos Boletins. Já os objetivos específicos consistiram em: (i) descrever o processo de formulação e divulgação dos Boletins Pedagógicos; (ii) analisar as expectativas da Seduc e dos funcionários do CAEd/UFJF com relação a esses Boletins; e (iii) propor melhorias que impulsionem o acesso e a utilização dos Boletins.

Para esta investigação, a metodologia utilizada foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, envolvendo entrevista semiestruturada. Foram selecionados

¹ A Revista Contextual do Spaece 2017 apresenta uma análise a partir das informações coletadas pelos questionários contextuais respondidos pelos professores e diretores da rede. Já o Sumário Executivo traz uma apreciação a partir dos principais resultados da avaliação. Cabe destacar que essas publicações não estão inseridas como foco de investigação desta pesquisa, visto que os Boletins são as publicações mais visadas, tanto pela instituição quanto pela secretaria. No entanto, essas publicações foram mencionadas na pesquisa de campo, cabendo, posteriormente, uma reflexão acerca de sua relevância.

para a entrevista funcionários da equipe do CAEd envolvidos na elaboração dos Boletins e dois representantes da Seduc.

Dessa forma, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo corresponde a esta introdução. O segundo capítulo apresenta o problema do baixo acesso aos Boletins do Spaece, destacando-os como materiais facilitadores da leitura dos resultados das avaliações. Para tanto, busca-se demonstrar o contexto de produção desses Boletins. Inicialmente, faz-se um sucinto histórico do surgimento das avaliações externas no contexto nacional, seguido do início das avaliações estaduais e municipais realizadas em parceria com o CAEd.

O terceiro capítulo tem como objetivo investigar as possíveis causas do baixo acesso a esses Boletins, discutindo também, a partir do referencial teórico sobre o tema, as características das três gerações de avaliações sistêmicas no contexto brasileiro, a gestão por resultados e o *design* instrucional voltado para o contexto educacional. Também no terceiro capítulo é apresentada a análise da pesquisa de campo realizada com a equipe do CAEd responsável pela elaboração dos Boletins e representantes da Seduc.

O quarto capítulo apresenta uma proposta de reformulação dos Boletins Pedagógicos do Spaece, a partir das tecnologias e mão de obra já disponíveis pelo CAEd/UFJF, a fim de que eles cumpram de maneira mais efetiva o seu propósito já no próximo ciclo de avaliação do Spaece. Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais desta pesquisa.

2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E RESULTADOS: OS BOLETINS PEDAGÓGICOS DO SPAECE

Este capítulo objetiva realizar a descrição do caso de gestão desta pesquisa. Nesse sentido, o trabalho inicia-se com um resumo do histórico das avaliações em larga escala no contexto brasileiro. Em seguida, destaca-se o papel do CAEd/UFJF como parceiro dos estados e municípios brasileiros na realização e consolidação das avaliações sistêmicas. Ainda neste capítulo é feita uma breve descrição histórica do Spaece e também dos Boletins Pedagógicos desenvolvidos pelo CAEd. Por fim, são apresentados dados que comprovam que esses Boletins não são visualizados por um grande número de usuários de acordo com informações registradas no *site* do sistema.

A seguir, é descrito o contexto das avaliações em larga escala no Brasil na década de 1990. Essa descrição é importante para compreender o surgimento do Spaece no estado do Ceará.

2.1 GARANTIA DO DIREITO DE APRENDER E O SURGIMENTO DO SAEB NA DÉCADA DE 1990

Esta seção evidencia o cenário em que o objeto de estudo, os Boletins Pedagógicos, está situado. A fim de se realizar a discussão, inicialmente será apresentado um breve histórico da educação no contexto brasileiro e, em seguida, o histórico das Avaliações em Larga Escala, fundamentadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, desde a criação do Sistema Brasileiro da Educação Básica nos anos 1990.

A história da educação formal no Brasil teve início no período colonial, com a chegada dos jesuítas. Naquela época, com uma educação focada na catequização, era evidente uma disparidade no ensino: enquanto os filhos dos colonos eram ensinados em colégios, os indígenas e africanos escravizados tinham aulas em escolas improvisadas.

Segundo Monlevade (2012), as despesas dos colégios fundados a partir dos anos 1750 advinham do dízimo que a Coroa arrecadava da Igreja, mas isso não durou muito tempo. Em 1827, cinco anos após a independência do Brasil, com uma demanda maior por escolas primárias, houve uma fixação do salário dos professores,

o que motivou maior ingresso na profissão. Como a Corte não dispunha do recurso necessário para financiar essa grande demanda, as províncias ficaram responsáveis pelos gastos relacionados à educação.

Ainda de acordo com Monlevade (2012), como as escolas da Corte continuavam a depender do repasse do governo central, as disparidades em relação ao financiamento da educação e ao salário dos professores começaram a surgir, o que perdurou até meados de 1932.

Nesse sentido, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, vinculou um percentual de impostos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, o que ficou estabelecido na Constituição de 1934, com porcentagens de impostos federais, estaduais e municipais.

No ano de 1961, a partir de muitos conflitos entre os defensores das escolas privadas e os defensores das escolas públicas, foi materializada a Lei nº 4.024, estabelecendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesse mesmo ano, segundo Monlevade (2012), a educação superior viveu a sua primeira expansão; já a educação básica, com um número imenso de matrículas, sofreu uma grave crise, na qual os professores foram os mais prejudicados.

Com menos recursos e mais matrículas, as redes estaduais e municipais não podiam responder com os mesmos padrões de atendimento às pressões da demanda. A corda arrebentou do lado mais fraco: o dos professores, que eram então inexperientes e amordaçados em sua organização sindical. Arrocho de salários e duplicação de jornadas e empregos determinaram que a crise de financiamento se transformasse em crise de qualidade. E também em extremos de desigualdade, não só do gasto por aluno como de salários que chegavam a ser, em alguns municípios, 30 vezes menores do que em outros. (MONLEVADE, 2012, p. 6).

Monlevade (2012) explica que, em 1994, com o objetivo de sair dessa grave crise, foi estabelecido, entre governos e a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os professores da educação básica. Em 1995, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, propôs o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o qual tem seus impactos lembrados ainda nos dias atuais.

No ano de 2006, o então presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, substituiu o Fundef pelo Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com diversas mudanças, como extensão das matrículas para toda a educação básica e aumento do percentual de impostos destinados à educação (BRASIL, 2007). É importante destacar que, em 2020, em meio a intensos debates políticos e mobilizações favoráveis nas redes sociais, o Fundeb foi renovado, tornando-se permanente por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

Já em 2014, por meio da Lei nº 13.005/2014, entrou em vigor o atual Plano Nacional de Educação (PNE), que determina as diretrizes, estratégias e metas para a política educacional dos próximos dez anos (BRASIL, 2014). O PNE 2014-2024,

definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência. Essa mesma lei reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano” e que “caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.” (BRASIL, 2019, recurso on-line).

Em relação aos recursos financeiros destinados à educação, de acordo com o art. 212 da Constituição Federal de 1988,

a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988, recurso on-line).

O inciso III, que trata da distribuição dos recursos públicos, elucida a “prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação” (BRASIL, 1988, recurso on-line), e é especificado pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009).

De acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2019, recurso on-line), a partir da Emenda Constitucional nº 14/96, “60% desses recursos da educação passaram a ser subvinculados ao Ensino Fundamental (60% de 25% = 15% dos impostos e transferências), sendo que parte dessa subvinculação de 15% passava pelo Fundef”, visto que essa divisão estava relacionada ao número de alunos do ensino fundamental de cada rede de ensino. Ainda de acordo com o portal, a partir da Emenda Constitucional nº 53/2006, a subvinculação das receitas passou a ser de 20%, ampliando-se, por meio do Fundeb, para toda a educação básica (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2019).

Observando o caminho percorrido historicamente, é possível verificar avanços em relação à universalização do acesso e de políticas públicas voltadas à permanência dos brasileiros nas escolas, porém, devido à descontinuidade de algumas políticas e também à falta de replanejamento de ações falhas, muito ainda deve ser feito para que efetivamente a educação seja direito de todos, conforme estabelece a Constituição.

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo III, artigo 205, estabelece que a educação é um direito garantido a todos e um dever do Estado e da família. O artigo 206, inciso I, é ainda mais específico, elucidando que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola é um dos princípios básicos para que o ensino seja ministrado (BRASIL, 1988).

A finalidade da educação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), é desenvolver o educando para todos os estágios da vida e garantir a formação comum essencial para que o indivíduo exerça a cidadania, progrida no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Apesar de o direito à educação estar estabelecido nas leis, é irrefutável, porém, que existe um descaso do Estado com a população carente, por isso debater sobre igualdade no Brasil é uma questão mais complexa. Freitas (2009) afirma que esse descaso pode ser compreendido porque a classe média foi a única que pôde reivindicar a intervenção do Estado nas questões sociais. Logo, os indivíduos que pertencem às classes sociais mais baixas dificilmente conseguem se adequar às instituições escolares, por exemplo, pelo fato de que elas não consideram fatores contextuais.

Diversos sistemas de avaliação, como o Spaece, coletam informações a respeito de alguns fatores externos e internos ao ambiente escolar, além da aplicação

dos testes dos componentes curriculares, como Língua Portuguesa e Matemática. Lima *et al.* (2018) esclarecem que os fatores internos à escola dizem respeito às ações e práticas pedagógicas dos gestores e professores, e ao clima da escola. Já os fatores externos levam em conta sexo, cor/raça, nível socioeconômico, trajetória escolar, incentivo à leitura pelos pais e expectativas dos estudantes (LIMA *et al.*, 2018).

Uma reflexão importante a respeito desses fatores contextuais no campo da educação está relacionada ao fato de que, para que tenha condição de adquirir algum aprendizado, é indispensável que o jovem em formação escolar tenha uma família minimamente estruturada. Segundo Freitas (2009, p. 282), “uma família estruturada não é necessariamente aquela que possui a figura do pai e da mãe, porém essas funções sociais devem ser preenchidas, independentemente do vínculo biológico com a criança”. Esse fator é decisivo para que a grande maioria dos processos de aprendizagem sejam bem-sucedidos.

Nessa perspectiva, Dourado (2007) alega que o processo educativo deve levar em consideração o contexto sociocultural, as condições em que o ensino é efetivado e a organização da escola de uma maneira geral. De acordo com o autor,

[...] a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais e, ainda, pela efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC², das secretarias, com os projetos políticos-pedagógicos das escolas e com o amplo envolvimento da sociedade civil organizada. (DOURADO, 2007, p. 922).

Dourado (2007) conclui que a escola deve ser vista como um meio social e organizada como tal. Sabe-se, no entanto, que nem sempre essa configuração prevalece, o que acaba dificultando a aprendizagem dos alunos, que deveriam estar no ambiente da escola para aprender e se desenvolver como indivíduos, não tendo que lidar com fatores que interferem negativamente nesse aprendizado.

Sendo assim, Ferreira e Oliveira (2009) procuram salientar que, tendo em vista o aumento da pobreza e dos problemas sociais em uma determinada realidade, as

² Ministério da Educação.

políticas educativas têm o objetivo de fortalecer a escola com uma instituição que visa a garantir a ordem social.

Considerando o assunto discutido até aqui e concluindo que o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades, políticas públicas voltadas para a educação são imprescindíveis. Todo esse embasamento serve de propósito para apresentar a criação do Sistema Brasileiro da Educação Básica, um importante marco histórico da educação no país.

A partir da década de 1990, houve um grande investimento em criação de políticas públicas voltadas à educação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que tem como principal propósito monitorar e diagnosticar a qualidade da educação básica brasileira e a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)³ (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019).

Inspirado por sistemas internacionais de avaliação educacional em grande escala, como o *National Assessment of Educational Progress* (Naep) – a Avaliação Nacional do Progresso Educacional norte-americana –, o Saeb foi aplicado pela primeira vez em 1990, tendo como principal finalidade efetuar um diagnóstico da educação básica brasileira. Segundo informações do *site* do Inep:

Desde 1990, quando foi criado, o Saeb teve algumas reestruturações. Em 2005, passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que manteve as características, os objetivos e os procedimentos da avaliação efetuada até aquele momento, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas. Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi incorporada ao Saeb para melhor aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática. Em 2017, não só as escolas públicas do ensino fundamental, mas também as de ensino médio, públicas e privadas, passaram a ter resultados no Saeb e, conseqüentemente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019, recurso on-line).

³ De acordo com Pontes (2013), a Teoria da Resposta ao Item (TRI) utiliza métodos probabilísticos que possibilitam o cálculo de parâmetros para os itens dos testes. Por meio da TRI, é possível, por exemplo, mensurar o nível de dificuldade do item; identificar os alunos que conhecem mais determinada disciplina, de acordo com o erro ou o acerto de uma questão; e identificar os possíveis “chutes”. O Ideb, por sua vez, considera uma medida de desempenho obtida no Saeb e uma taxa combinada de aprovação para todas as etapas que compõem o ciclo escolar. Dessa forma, o Ideb observa fluxo *versus* desempenho.

Em 2019, o Saeb também passou por uma série de mudanças que, apesar de ocorrerem após o ciclo avaliativo que serviu de base para a análise deste trabalho, 2017, faz-se importante destacá-las para ratificar o Saeb como uma das principais políticas públicas educacionais do Brasil.

A avaliação da educação infantil pelo Saeb demonstra a expansão e a efetividade das avaliações em larga escala. Nessa perspectiva, de acordo com as informações mais atualizadas do *site*,

em 2019, as siglas ANA, Aneb e Anresc deixarão de existir e todas as avaliações passarão a ser identificadas pelo nome Saeb, acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos. As aplicações se concentrarão nos anos ímpares e a divulgação dos resultados, nos anos pares. Um dos destaques da reestruturação é a afirmação de dimensões da qualidade educacional que extrapolam a aferição de proficiências em testes cognitivos. As condições de acesso e oferta das instituições de Educação Infantil passarão a ser avaliadas. Mesmo com as alterações, o sistema não perderá a comparabilidade entre edições. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019, recurso on-line).

O levantamento que, segundo Pontes (2015), serviu de base para quase todos os sistemas de avaliação externa implementados no Brasil, posteriormente produz informações que subsidiam a formulação, a reformulação e o monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, visando a contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino e, ainda, oferece dados e indicadores sobre fatores de influência do desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

Em contrapartida, Ferreira e Oliveira (2009) explicam que, apesar de

[...] tais mudanças serem significativas, o seu poder de intervir no quadro social mais amplo é extremamente limitado, haja vista os índices apresentados à sociedade por meio do processo de avaliação em larga escala os quais apontam o caráter crítico do ensino ofertado. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009, p. 265).

As secretarias de Educação de alguns estados começaram, então, a sentir necessidade de avaliações estaduais, que se aproximassem mais da realidade de suas escolas. A esse respeito, Pontes (2013) aponta que

[...] a periodicidade anual, aliada ao processamento e análise muito mais rápidos que se conseguem obter com as avaliações feitas pelos próprios estados, faz com que os resultados tenham condições de fornecer subsídios para intervenções que podem ser concebidas, executadas e monitoradas várias vezes por uma mesma administração governamental ao longo de seu respectivo mandato. (PONTES, 2013, p. 11).

Essa afirmação ressalta que as avaliações em larga escala no âmbito nacional, que têm se consolidado como importante ferramenta de diagnóstico na educação básica, podem, por vezes, promover resultados parciais. Isso faz com que as análises, em alguns casos, tornem-se genéricas, ocasionando interpretações dúbias dos dados obtidos pelas avaliações. As autoras Bonamino e Souza (2012) ratificam a ideia da necessidade de avaliações próprias e explicam que

tal necessidade fez com que vários Estados adotassem seus próprios sistemas de avaliação. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, criou, em 1991, o Sistema de Avaliação da Educação Pública (Simave), e o Ceará, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), em 1992. (BONAMINO; SOUZA, p. 377).

Essas avaliações, segundo Brooke e Cunha (2011), ocorrem em três níveis: estadual, municipal ou escolar, ou também podem ser realizadas para efeitos somativos, apresentando resultados de uma certa política, ou ainda formativos, com o objetivo de corrigir políticas públicas em andamento.

Pode-se afirmar, dessa forma, que as devolutivas dos sistemas próprios de avaliação representam de maneira mais fiel a realidade educacional dos estados e municípios. Por isso, esses sistemas, com o Saeb, são uma das principais ferramentas de monitoramento e diagnóstico da qualidade da educação ofertada aos estudantes brasileiros.

A seguir, apresenta-se o CAEd/UFJF com foco no macroprocesso responsável pela Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional.

2.2 CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA UFJF

Esta seção descreve o contexto das avaliações em larga escala realizadas por estados e municípios brasileiros em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Logo,

apresenta-se como o CAEd é estruturado para atender às demandas dos estados/municípios brasileiros.

O CAEd foi criado pelo Conselho Departamental da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Faced/UFJF) em 29 de novembro de 2000 e, desde então, foi responsável pelo desenvolvimento de vários programas que visam, entre outros fatores, a monitorar e subsidiar políticas públicas voltadas para a educação, como o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) – o qual avaliou 229.124 estudantes em 2017; o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe) – que avaliou 356.352 estudantes em 2017; o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) – com 825.886 estudantes avaliados em 2017; e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) – o qual será apresentado de maneira mais detalhada posteriormente; entre tantos outros.

O Paebes teve início em 2009, por meio de uma parceria técnico-pedagógica entre o CAEd e a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu). Os alunos dos 1º, 2º, 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio realizam, periodicamente, testes em Língua Portuguesa e Matemática (em todas as etapas) e, em anos alternados, em Ciências Humanas e Ciências da Natureza (a partir do 9º ano), como apontam os dados do CAEd/UFJF (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019b).

Por sua vez, o Saepe foi criado em 2000 com vistas a fomentar mudanças positivas na educação ofertada pelo estado de Pernambuco. O sistema foi reestruturado em 2008 e, atualmente, promove avaliações de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, além do 4º ano do normal médio e do projeto Travessia Fundamental e Médio, de acordo com informações do CAEd/UFJF (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019c).

O Simave, criado em 2000, atualmente é responsável por duas avaliações: o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) e o Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa). Em 2017, o ProEB avaliou o 7º ano do ensino fundamental e os 1º e 3º anos do ensino médio, em Língua Portuguesa e Matemática. O Proalfa, no mesmo ano, avaliou o 3º ano do ensino fundamental, em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019d).

O Mapa 1, a seguir, ilustra a presença do CAEd/UFJF em vários estados e municípios do Brasil no ciclo de avaliações de 2019:

Mapa 1 - Sistemas estaduais e municipais – ciclo 2019



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019e).

De acordo com Sales (2013):

[...] o CAEd atua em quatro diferentes frentes: Avaliação, Formação, Gestão e Pesquisa. No entanto, neste estudo, será destacada apenas sua vertente de Avaliação [...]. Nessa frente, o CAEd aplica os testes, apura os resultados da avaliação, produz materiais que viabilizam a utilização e a divulgação dos resultados, bem como oferece oficinas e cursos com o objetivo de capacitar gestores, professores e técnicos administrativos para uma correta apropriação dos resultados produzidos pela avaliação. (SALES, 2013, p. 28).

Ressalta-se que, na frente destinada à Formação, enquadra-se o PPGP/UFJF, criado em 2009. O curso de Mestrado Profissional é voltado para os gestores de escolas públicas e técnicos de órgãos de gestão da educação pública, e tem como objetivo principal “proporcionar os conhecimentos, desenvolver as competências e habilidades, e promover as qualidades profissionais necessárias ao exercício eficiente dos novos papéis que são atribuídos ao gestor da educação pública” (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019f, recurso on-line).

Durante os 11 anos de funcionamento, o PPGP firmou 25 convênios, seja com secretarias de Educação de estados e municípios, universidades ou outras

instituições, como as secretarias de Educação do Ceará, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de Pernambuco, e o Inep e a Universidade Federal de Viçosa. Até o mês de agosto de 2020, cerca de 940 alunos já haviam sido titulados pelo programa (CALDAS, 2020). Essa informação ratifica a importância do PPGP para a formação continuada de gestores, técnicos, analistas e outros profissionais que atuam nas redes públicas do Brasil.

Com foco em Gestão e Avaliação da Educação Pública, o Programa possui quatro linhas de pesquisa. A primeira, Modelos, Instrumentos e Medidas Educacionais, é dedicada, principalmente, ao “desenvolvimento de modelos e métodos estatísticos para a produção de medidas educacionais”. A segunda linha de pesquisa, Gestão, Avaliação e Reforma da Educação Pública, engloba, entre outras pesquisas, aquelas voltadas “ao estudo dos processos de reforma educacional em curso em diferentes contextos nacionais e no Brasil”. Já a terceira linha de pesquisa, Equidade, Políticas e Financiamento da Educação Pública, dedica-se, entre outros, “ao estudo da desigualdade de oportunidades educacionais”. Por fim, a quarta linha de pesquisa, Avaliação, Currículos e Desenvolvimento Profissional de Gestores e Professores da Educação Básica, dedica-se à “pesquisa das práticas de gestão do ensino e ao desenvolvimento de métodos e propostas de gestão curricular” etc., conforme a legislação do PPGP/UFJF (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019g, recurso on-line).

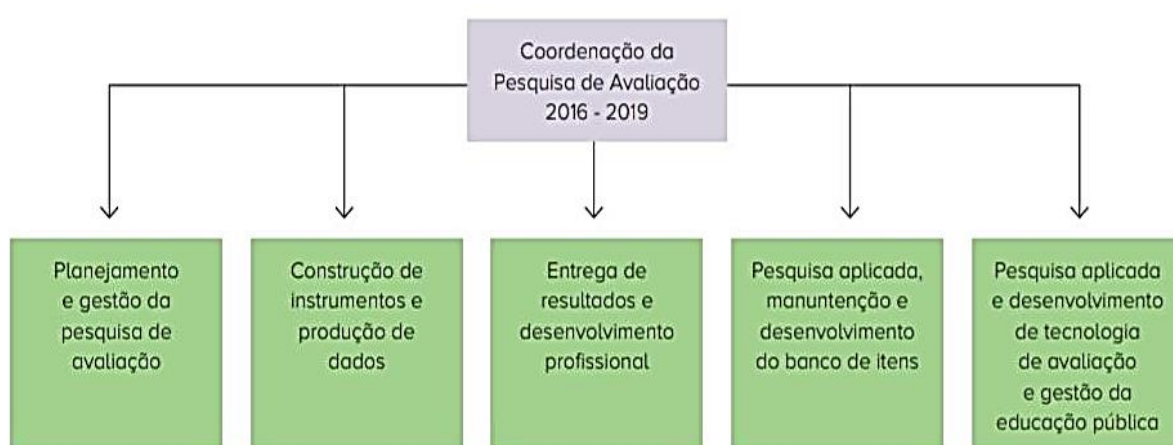
Atualmente, o Centro também promove cursos voltados ao Desenvolvimento Profissional de atores educacionais, produzindo e/ou adaptando recursos educacionais em diferentes mídias, o que será detalhado em seção específica a seguir. Com relação à Avaliação, ainda de acordo com Sales (2013), o Centro é responsável não só por aplicar os testes, mas também por apurar os resultados dos testes, produzir materiais que potencializam a utilização e a divulgação dos resultados, e realizar oficinas e cursos de capacitação. Os Boletins Pedagógicos, objeto de pesquisa deste trabalho, podem ser caracterizados como um desses materiais elaborados para a potencialização do trabalho com os resultados.

2.2.1 Os macroprocessos da pesquisa de avaliação do CAEd/UFJF

Para o ciclo 2016-2019, o CAEd passou por algumas mudanças, sendo reestruturado em cinco macroprocessos da pesquisa de avaliação. A Coordenação

da Pesquisa de Avaliação passou a contar, então, com equipes responsáveis pelo Planejamento e Gestão da Pesquisa de Avaliação; pela Construção de Instrumentos e Produção de Dados; pela Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional; pela Pesquisa Aplicada, Manutenção e Desenvolvimento do Banco de Itens; e pela Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento de Tecnologia de Avaliação e Gestão da Educação Pública (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2017a). O Esquema 1 representa essa reestruturação:

Esquema 1 - Os cinco macroprocessos da pesquisa de avaliação



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2017a).

Essa reorganização foi fundamental para atender às demandas de processos de trabalho e fez com que as equipes pudessem trabalhar de maneira mais cooperativa. Assim, com o objetivo de estreitar as informações pertinentes a esse trabalho e ao contexto de produção, busca-se descrever de forma mais detalhada o macroprocesso responsável pela Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional. Esse macroprocesso da Coordenação da Pesquisa de Avaliação é formado por cinco processos, conforme representa o Esquema 2:

Esquema 2 - Os processos do macroprocesso de Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2017a).

A produção de medidas educacionais, a partir dos dados da pesquisa de avaliação, consiste na primeira etapa das atividades desse macroprocesso. Já o processo de entrega de resultados

[...] inclui a especificação e seleção das tecnologias, dos protótipos e recursos educacionais adequados às escolas e redes participantes para a divulgação dos resultados; o monitoramento da produção dos resultados, análises, infográficos, itinerários e recursos formativos; e a realização das adaptações e dos entendimentos necessários para a publicação dos resultados de acordo com as necessidades de cada rede de ensino. (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2017a, p. 19).

Selecionar, adaptar e/ou elaborar os recursos educacionais que compõem o conteúdo de desenvolvimento profissional dos programas de avaliação do CAEd são tarefas do processo de Produção de Recursos Educacionais e Suporte ao Desenvolvimento Profissional. Esse processo conta com a participação de professores de algumas universidades, mas principalmente do PPGP/UFJF (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2017a).

Pinto (2019) informa que a pesquisa de avaliação realizada pelo CAEd nos diversos sistemas em que o Centro atua

[...] produz dados sobre as diversas dimensões dos processos educacionais que importam para os públicos aos quais se destinam seus resultados e, dessa forma, seu trabalho não se limita apenas à

operacionalização das avaliações externas. Compete à instituição, também, o trabalho de apresentação dos resultados e a formação dos profissionais da educação para se apropriarem dos dados e conseguirem desenvolver ações a fim de melhorar a aprendizagem dos estudantes. (PINTO, 2019, p. 22).

Conforme indica o Esquema 2, o macroprocesso Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional conta, ainda, com dois processos: Documentação de Protocolos e Gestão e Suporte Acadêmico e Integração da Pós-graduação.

Para o ciclo de 2017, o contrato do Spaece com o CAEd previa a aplicação dos testes, oficina de itens, apresentação oficial dos resultados, plataforma de divulgação de resultados e curso de desenvolvimento profissional. Logo, torna-se claro o quanto a estrutura e organização do CAEd é importante para atender às demandas dos sistemas próprios de avaliação.

Na próxima seção, apresenta-se o Spaece e a sua importância como política pública no estado do Ceará.

2.3 SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ (SPAECE)

Nesta seção, é descrito o Spaece, um sistema permanente de avaliação implementado pela Secretaria de Educação do Ceará em 1992, parceiro do CAEd desde 2007.

Silva V. (2013) explica que o Spaece vem evoluindo desde a sua criação. A linha do tempo disponível no *site* do Spaece evidencia que, em 1992, foram avaliados 14.600 estudantes das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (hoje, 5º e 9º anos do ensino fundamental). No ano de 1998, 39.710 estudantes foram avaliados nessas mesmas etapas; no entanto, além de Fortaleza, foram avaliados mais 20 municípios sede das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e mais dois municípios por Crede.

Em 2001, o sistema passou a avaliar a 8ª série (9º ano) do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio, por adesão das escolas, em 184 municípios. Nesse ano, 12.540 alunos foram avaliados. Já em 2004, o Spaece foi universalizado, com avaliação nas redes estadual e municipais, nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio. Mais de 140 mil alunos foram avaliados nesse ano.

Segundo Silva V. (2013), em 2007,

[...] sob a coordenação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), órgão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, aconteceu a décima primeira edição, de forma ampliada, com três focos principais: Avaliação da Alfabetização – SPAECE Alfa (2º ano), Avaliação do ensino fundamental (5º e 9º anos), e Avaliação do ensino médio (1ª, 2ª e 3ª séries do EM) de toda a rede pública estadual e municipal do estado. (SILVA, V., 2013, p. 33).

Isso demonstra o quanto a parceria entre o CAEd e a Seduc foi importante para a ampliação do sistema. Foram avaliados no ano de 2008 quase 615 mil estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e das 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – ensino fundamental do 2º segmento e EJA EM 1º e 2º períodos passaram a ter resultados independentes a partir do ano de 2010. O Spaece avaliou, em 2017, ano de publicação da coleção objeto de estudo desta pesquisa, o nível de leitura de 295.311 estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, 91.513 estudantes das 1ª e 3ª séries do ensino médio e EJA ensino médio. As competências e habilidades esperadas na disciplina de Matemática foram avaliadas a partir do 5º ano do ensino fundamental.

O Quadro 1, a seguir, apresenta de forma detalhada essa evolução a partir do início da parceria com o CAEd, no que se refere ao ensino fundamental:

Quadro 1 - Evolução do Spaece no ensino fundamental

Edições	Etapas	Disciplinas avaliadas	Participação dos alunos
2007	2º ANO EF	Língua Portuguesa	118.587
2008	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	366.365
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
2009	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	268.029
	5º ANO EF		
2010	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	373.535
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
	EJA EF - 2º Segmento		
2011	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	358.157
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
	EJA EF - 2º Segmento		
2012	2º ANO EF	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências Naturais	343.116
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
	EJA EF - 2º Segmento		
2013	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	327.765
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
	EJA EF - 2º Segmento		
2014	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	315.992
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
	EJA EF - 2º Segmento		
2015	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	310.710
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
	EJA EF - 2º Segmento		
2016	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	301.390
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		
2017	2º ANO EF	Língua Portuguesa e Matemática	295.311
	5º ANO EF		
	9º ANO EF		

Fonte: Adaptado de Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019h).

Nota: EF = ensino fundamental

Já a evolução em relação ao ensino médio está apresentada no Quadro 2:

Quadro 2 - Evolução do Spaece no ensino médio

Edições	Etapas	Disciplinas avaliadas	Participação dos alunos
2008	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	248.201
	2ª SÉRIE EM		
	3ª SÉRIE EM		
2009	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	278.922
	2ª SÉRIE EM		
	3ª SÉRIE EM		
2010	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	293.661
	2ª SÉRIE EM		
	3ª SÉRIE EM		
	EJA EM - 1º Período		
	EJA EM - 2º Período		
2011	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	300.497
	2ª SÉRIE EM		
	3ª SÉRIE EM		
	EJA EM - 1º Período		
	EJA EM - 2º Período		
2012	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências Naturais	304.577
	2ª SÉRIE EM		
	3ª SÉRIE EM		
	EJA EM - 1º Período		
	EJA EM - 2º Período		
2013	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	331.903
	2ª SÉRIE EM		
	3ª SÉRIE EM		
	EJA EM - 1º Período		
	EJA EM - 2º Período		
2014	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	306.575
	2ª SÉRIE EM		
	3ª SÉRIE EM		
	EJA EM - 1º Período		
	EJA EM - 2º Período		
2015	1ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	132.510
	3ª SÉRIE EM		
	EJA EM - 1º Período		
2016	3ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	84.072
	EJA EM - 2º Período		
2017	3ª SÉRIE EM	Língua Portuguesa e Matemática	91.513
	EJA EM - 2º Período		

Fonte: Adaptado de Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019h).

Nota: EM = ensino médio

As informações coletadas pelo Spaece possibilitam um diagnóstico da qualidade da educação pública ofertada no Ceará, já que produzem resultados por estado, Crede, município, escola, turma e aluno. De acordo com informações constantes no *site* do sistema, os resultados servem, ainda, para subsidiar a

implementação de políticas públicas educacionais – no âmbito das redes e no contexto das escolas – e de práticas pedagógicas inovadoras (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019h).

O Paic; o Mais Paic; o Prêmio Escola Nota 10 (que será mais bem detalhado posteriormente); o programa Aprender pra Valer; o Plano de Metas do Diretor (Plametas); e o Projeto Jovem de Futuro são algumas políticas públicas educacionais implementadas a partir do Spaece que merecem destaque. Essas políticas públicas demonstram que a Seduc investe na capacitação dos atores educacionais com vistas à compreensão e ao uso dos resultados do sistema de forma eficaz.

Ainda de acordo com o *site* do sistema, essa avaliação

[...] permite montar um quadro sobre os resultados da aprendizagem dos alunos, com seus pontos fracos e fortes, e sobre as características dos professores e gestores das escolas estaduais. Em se tratando de uma avaliação de característica longitudinal, possibilita, ainda, acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo. (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019h, recurso on-line).

É possível afirmar, a partir do exposto, que o trabalho com os resultados dessa avaliação é essencial para que ocorram ações pensadas na melhoria e na democratização da educação pública no Ceará. Assim, a igualdade no acesso e na permanência na escola será, cada vez mais, garantida aos estudantes.

Na próxima seção, será detalhado o processo de divulgação de resultados do Spaece com destaque para os Boletins Pedagógicos.

2.4 DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DO SPAECE

Esta seção tem como objetivo esmiuçar como funciona a divulgação dos resultados obtidos nos testes do Spaece. Apresentar os Boletins Pedagógicos de maneira mais detalhada também é uma finalidade desta seção.

Tendo como base o ciclo 2017, segundo o documento interno intitulado *Checklist* de Dados de Entrada de Projetos, elaborado pela Coordenação de Contratos e Projetos do CAEd, pode-se apresentar o desenho da avaliação do Spaece, no qual estavam previstos: aplicação dos testes, oficina de itens, apresentação oficial dos resultados, plataforma de divulgação de resultados e curso

de desenvolvimento profissional (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2017b).

A equipe responsável pelo macroprocesso da Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional do CAEd, que é formada por Analistas de Avaliação – responsáveis pela análise, produção e revisão do conteúdo –, Designers Instrucionais e Agentes de Editoração, produz, entre outros instrumentos, os Boletins de Resultados dos sistemas parceiros do CAEd. A equipe conta, ainda, com o apoio de especialistas de outros setores do CAEd. Esses especialistas atuam nos cursos oferecidos pelo Desenvolvimento Profissional e nas oficinas de divulgação de resultados.

A seguir, serão apresentadas a maneira como os Boletins Pedagógicos são produzidos e divulgados, bem como as evidências de que o acesso a esse produto é aquém do esperado.

2.4.1 Boletins Pedagógicos e apropriação dos resultados do Spaece

Nesta seção, o processo de elaboração, revisão e divulgação dos Boletins Pedagógicos do Spaece será detalhado. Em seguida, serão apresentadas as evidências de que esses Boletins não são acessados por um grande número de usuários.

Nesse contexto, Fontanive (2013) explica que as secretarias de Educação de alguns estados e municípios brasileiros começaram a produzir materiais didáticos com o objetivo de facilitar a leitura dos resultados das avaliações externas. Os Boletins Pedagógicos, na maioria dos casos, visam a orientar a atuação dos atores educacionais e, ainda de acordo com a autora, possibilitam a correção dos erros e das dificuldades apresentadas pelos estudantes.

A escolha da pesquisadora em investigar o Spaece se deu porque o sistema possui um histórico contínuo de avaliação, iniciado em 1992, e é parceiro do CAEd desde 2007. De acordo com o contrato firmado para o ciclo de divulgação de resultados do ano de 2017, conforme ocorre desde 2015, a Seduc optou por divulgar os Boletins Pedagógicos do Spaece somente *on-line*, por meio do próprio *site* do sistema.

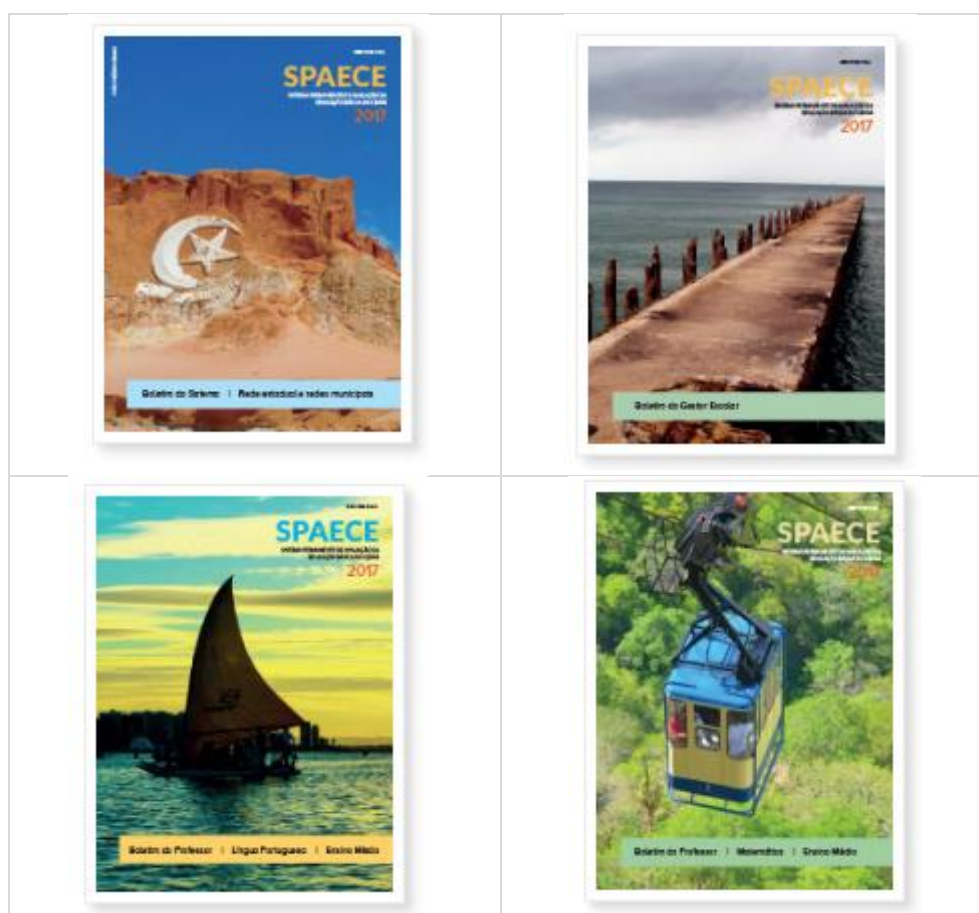
O então supervisor da equipe realizou várias reuniões com todos os colaboradores a fim de organizar as atividades referentes à produção dos Boletins.

Esses encontros foram fundamentais para que as tarefas fossem alinhadas e o trabalho fosse executado de forma organizada.

A partir desses encontros, o conteúdo do Boletim foi elaborado e revisado pelos Analistas de Avaliação. O projeto gráfico foi desenvolvido pelos Designers Instrucionais em diálogo com os Analistas e a Supervisão. Após esse processo e aprovado o projeto, os Boletins foram editorados pelos Agentes de Editoração. Por fim, após a editoração do material, ocorreu uma nova revisão dos Analistas de Avaliação, antes de o produto ser enviado para validação da Seduc. A Seduc, por sua vez, analisou o material e fez comentários pontuais, inclusive com relação às capas que, na ocasião, apresentaram paisagens do estado em sua versão final.

As capas da coleção 2017, publicada em 2018, são reproduzidas na Figura 1:

Figura 1 - Reprodução das capas da coleção Spaece 2017



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019i).

A publicação Boletim do Professor é destinada aos professores das etapas de escolaridade e áreas do conhecimento avaliadas pelo sistema e às equipes

pedagógicas. O Boletim do Professor – Língua Portuguesa – Ensino Fundamental, elaborado para o Spaece a partir dos resultados de 2017 e publicado em 2018, por exemplo, conta com um texto de apresentação, intitulado “Avaliar e monitorar para avançar”. Esse texto de abertura faz com que o leitor reflita sobre a garantia do direito à educação e, ainda, sobre a importância do sistema de avaliação no qual ele está inserido, na vida de diversos estudantes (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2017c).

Em seguida, o leitor encontra a linha do tempo do sistema, com o título “Trajetória evidencia avanços e desafios”, em que os avanços com relação à participação dos alunos na avaliação do estado e a abrangência das etapas avaliadas ficam notórios. Além disso, o Boletim traz “Resultados da sua escola em língua portuguesa”, “Roteiro de leitura e análise”, “Como utilizar os resultados”, “Perfis de alfabetização e letramento”, “Percurso da avaliação”, “Colocando em prática” – com atividades baseadas na leitura dos resultados –, e “Anexo” – com os níveis de desempenho das etapas avaliadas e seus itens (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2017c).

A Figura 2, apresenta uma parte do “Roteiro de leitura e análise” disponível no Boletim:

Figura 2 - Reprodução parcial do “Roteiro de leitura e análise”

Identifique, neste quadro, os resultados escolhidos para o exercício a seguir.
Repita esse exercício para cada etapa de escolaridade avaliada nesta disciplina.

Disciplina: Língua Portuguesa

Etapa: _____



Indicador de participação no SPAECE

Observe os resultados da sua escola na etapa em foco e organize sua leitura e análise.

Nesta edição, a participação registrada é de: _____%.

Esse indicador de participação retrata a média de frequência de estudantes no decorrer do ano letivo?

Sim Não

O percentual de participação, ao longo do tempo:

aumentou. diminuiu. manteve-se estável. oscilou.

A avaliação no Ceará é censitária, logo, deve incluir todos os estudantes matriculados na rede de ensino. Cada escola deve certificar-se de que os estudantes previstos estejam presentes no momento da aplicação e respondam aos testes de proficiência e questionários, quando houver. Importa destacar que os indicadores de desempenho da escola só podem ser generalizados quando o percentual de participação for igual ou maior do que 80%¹.

Liste algumas hipóteses para explicar a participação da sua escola no SPAECE 2017.

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2017c).

O Boletim do Sistema – Rede estadual e redes municipais – por sua vez, apresenta, além de todas as informações importantes para a leitura e apropriação dos resultados, uma seção destinada à apresentação dos resultados gerais do Spaece. Nessa seção, são exibidos mapas que apresentam o padrão de desempenho alcançado pelos estudantes e pelas Credes. Esses mapas registram, também, os dados de participação das redes na avaliação e a proficiência média. O anexo desse

volume apresenta os resultados por regional (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2017d).

Com o objetivo de investigar se esse produto tem sido utilizado pelo público ao qual ele é destinado, foi realizado um levantamento interno, por meio do *Google Analytics* – um sistema de estatísticas oferecido pela *Google* – acerca dos acessos ao *site* do Spaece, bem como do comportamento dos usuários nesse *site*, conforme ilustra o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Visualizações de páginas do *site* do programa Spaece

Página	Visualizações de página	Visualizações de página
	435.951 Porcentagem do total: 100,00% (435.951)	435.951 Porcentagem do total: 100,00% (435.951)
1. /	95.763	21,97%
2. /resultados/resultados-por-aluno/	47.994	11,01%
3. /avaliacao-educacional/matriz-de-referencia/	42.524	9,75%
4. /resultados-por-escola/	36.313	8,33%
5. /avaliacao-educacional/o-programa/	22.767	5,22%
6. /resultados/recursos-2018/	19.898	4,56%
7. /downloads/2017-2/	14.707	3,37%
8. /colecacao/2017-2/	11.767	2,70%
9. /avaliacao-educacional/padroes-de-desempenho/	10.172	2,33%
10. /seduc-divulga-resultados-preliminares-do-spaece-em-2017/	9.393	2,15%

Fonte: Google Analytics (2019).

A primeira linha do Gráfico 1 aponta o número de usuários que acessaram a página inicial do *site*, a *home*. As segunda, terceira e quarta linhas identificam o número de acessos às páginas de resultados da avaliação do Spaece por aluno, matriz de referência do sistema e resultados por escola.

Na quinta linha do gráfico, visualizam-se os usuários que consultaram a página que trata da história do Spaece e, na sexta linha, as consultas aos resultados após os recursos enviados pela Seduc ao CAEd. A sétima linha apresenta a quantidade de usuários que acessaram a aba *Downloads*, em que estão disponibilizados alguns textos sobre avaliação e um vídeo sobre apropriação de resultados. A oitava linha mostra a oitava página mais visitada: a Coleção 2017, em que é possível baixar os Boletins Pedagógicos do Spaece. Por fim, as nona e décima linhas trazem os dados de acesso à página “Padrões de Desempenho” e às notícias sobre o sistema, nessa ordem.

De acordo com os *e-mails* internos, trocados entre a equipe de Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional do CAEd e os representantes do Spaece, o Boletim Pedagógico do ciclo 2017 foi publicado no dia 27 de agosto de 2018. Dessa forma, o relatório utilizado para esta pesquisa considerou o acesso dos usuários entre 27 de agosto de 2018 (data da publicação dos Boletins) e 27 de agosto de 2019 (um ano depois).

Conforme revelam os dados do gráfico, extraído do relatório do *Google Analytics*, 95.763 usuários acessaram a página inicial do *site* do programa, no entanto apenas 11.767 acessaram a página da coleção contendo os Boletins Pedagógicos. Esse número corresponde a 2,70% da porcentagem total de visualizações ao *site*, que equivale a 435.951 visualizações.

O *site* é aberto ao público geral e apenas as páginas que apresentam os resultados de acerto por descritor e os recursos são protegidas por senhas, enviadas pelo CAEd à Seduc. Já os resultados gerais de desempenho e participação são abertos ao público em geral. Com efeito, torna-se evidente que existe uma necessidade de se investigar as causas desse baixo acesso aos Boletins Pedagógicos e propor soluções para esse entrave.

No Capítulo 3, apresenta-se a investigação a respeito das causas do baixo acesso aos Boletins à luz do referencial teórico sobre as três gerações de avaliação sistêmica no Brasil, a gestão por resultados – inserindo o Spaece nesses contextos – e o design instrucional voltado para a educação.

3 REFLEXÕES A RESPEITO DA GESTÃO POR RESULTADOS NO CONTEXTO DO SPAECE

No segundo capítulo, foi descrito o problema do baixo acesso aos Boletins Pedagógicos do Spaece, produzidos pela equipe do CAEd responsável pela Entrega de Resultados e Desenvolvimento Profissional. Logo, este capítulo tem como objetivo analisar as causas desse baixo acesso aos Boletins e discutir o contexto do Spaece, caracterizando-o como uma avaliação de terceira geração (BONAMINO; SOUSA, 2012) e como uma política voltada para a gestão por resultados.

Nessa perspectiva, o presente capítulo foi dividido em três seções: a primeira apresenta o referencial teórico utilizado para a análise da pesquisa de campo; a segunda seção apresenta a metodologia aplicada e, também, os instrumentos de pesquisa utilizados para a análise dos dados apresentados. Por fim, a terceira seção apresenta a descrição e análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

3.1 GESTÃO POR RESULTADOS NO CONTEXTO DA TERCEIRA GERAÇÃO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A fim de aprofundar a discussão sobre o histórico das avaliações externas no Brasil e também de contextualizar o Spaece como uma avaliação de terceira geração, Bonamino e Sousa (2012) foram referências fundamentais para esta pesquisa.

Pode-se apresentar o Saeb como uma avaliação de primeira geração, visto as características já elencadas nesta dissertação e com base na argumentação das autoras, uma vez que os resultados dessa avaliação, ainda nos dias atuais, “são divulgados de forma bastante agregada, portanto não permitem apoiar a introdução de políticas de responsabilização [...]” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 377).

A partir disso, é possível concluir que o objetivo inicial da avaliação externa, diagnosticar a qualidade da educação básica ofertada, foi ganhando outras vertentes. Muitos estados, como o Ceará, já desenvolviam a própria avaliação com características distintas daquelas encontradas na avaliação nacional, conforme será detalhado posteriormente.

Por sua vez, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) – também conhecida como Prova Brasil –, que hoje faz parte do conjunto de avaliações do Saeb, foi introduzida em 2005. Ainda de acordo com Bonamino e Sousa (2012), é possível

elencar as principais características da Prova Brasil e concluir que se trata de uma avaliação de segunda geração. O fato de a Prova Brasil ser aplicada de dois em dois anos e ter os resultados publicados no *site* do Inep faz com que seja possível comparar não somente a evolução de uma edição para a outra, mas, em contrapartida, ranquear redes e escolas.

Essa avaliação surgiu com o propósito de ajudar a tomada de “decisões sobre o direcionamento de recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 378-379). Isso permite que haja uma responsabilização a partir dos resultados da avaliação, característica que o Saeb ainda não possuía; no entanto, Bonamino e Sousa (2012) explicam que essa responsabilização ainda é considerada branda, pois não são atrelados prêmios ou bonificações aos resultados (características das avaliações de terceira geração).

De acordo com as principais características do Spaece elencadas neste trabalho, é possível afirmar que esse sistema se enquadra como uma avaliação de terceira geração. Um ótimo exemplo de bonificação atrelada aos resultados dessa avaliação é o Prêmio Escola Nota 10.

Mota (2018) traz uma importante reflexão para este trabalho a respeito do Prêmio Escola Nota 10. Segundo a autora, o Prêmio

[...] tem por objetivo funcionar como política indutora para a melhoria dos resultados das escolas, como política de apoio às escolas com menores resultados, como subsídio a um modelo de aprendizagem institucional focado na disseminação de boas práticas de gestão pedagógica e, também, do fortalecimento da melhoria da qualidade na aprendizagem dos alunos do 2º e 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública. (MOTA, 2018, p. 75).

Outra informação relevante a respeito do Prêmio é que até 70% do valor, conforme Mota (2018, p. 75), “pode ser utilizado em obras, reformas, materiais permanentes e de consumo, acervo literário, formação e aulas de reforços”, e o restante do valor é para a bonificação do professor e dos atores envolvidos nos resultados, além de alimentação, transporte etc.

É possível afirmar, dessa forma, que o Prêmio pode se dar por meio do estabelecimento de uma perspectiva de causa-efeito a partir de uma classificação das notas das escolas. Isso faz com que ele assuma a premissa de que as escolas mais

bem colocadas são aquelas que estabelecem as melhores práticas de gestão. Além disso, faz com que as escolas que possuem um desempenho não tão satisfatório implementem um modelo de gestão mais eficaz, por meio do apoio financeiro. Esses aspectos trabalham em conjunto para que a escola se torne melhor no aspecto gerencial para que este reflita em um melhor desempenho educacional.

Complementarmente, faz-se necessário apresentar alguns conceitos importantes para a melhor compreensão da política de responsabilização. O termo *accountability*, que “tem raízes históricas nos países anglo-saxônicos, onde se confunde com a noção de ‘prestação de contas’ e a cobrança legítima de bons resultados aos que gastam o dinheiro dos contribuintes” (BROOKE; ALVES; OLIVEIRA, 2015), passa a ter um conceito específico quando relacionado à educação.

Brooke, Alves e Oliveira (2015) explicam que a responsabilização, nesse viés, assume

[...] uma mudança importante de uma situação em que os professores eram responsáveis pelo seu comportamento perante seus pares e os padrões da sua profissão, para uma situação em que são responsabilizados perante toda a sociedade pela aprendizagem dos seus alunos. A partir dos resultados alcançados, podem ser criadas uma variedade de consequências para as escolas e seus gestores de modo que a responsabilidade atribuída a eles seja cobrada de forma mais leve ou de forma mais incisiva. (BROOKE; ALVES; OLIVEIRA, 2015).

É possível, portanto, a partir dessa citação, reafirmar o Spaece como um sistema que promove, a partir dos seus resultados, políticas de consequências mais fortes, o qual assume uma política de gestão para os resultados. Dusi (2017) será a referência utilizada para a discussão sobre a gestão para resultados no campo educacional. A autora aborda os efeitos desse tipo de gestão em sete estados brasileiros em sua pesquisa, sendo um desses o Ceará. Ela explica que esse modelo de gestão foi implementado no estado no governo de Lúcio Alcântara (2003-2006), utilizado com a finalidade de “alcançar eficiência e atender às necessidades e demandas dos cidadãos-clientes” (DUSI, 2017, p. 43).

A partir disso, outra contribuição importante para esta pesquisa foi a de Machado (2012), que explica que as pesquisas relacionadas ao uso de resultados das avaliações são relativamente recentes; no entanto, tais pesquisas apontam que o

trabalho com o uso dos resultados pelos gestores é inexistente ou escasso. A exemplo da Prova Brasil, a autora aponta que as avaliações externas

[...] fornecem dados que, se apropriados de forma consistente, podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos. Porém, a avaliação da escola e a reflexão sobre sua realidade não podem se esgotar nelas, que podem ser tomadas como o ponto de partida para a trajetória da escola rumo à sua avaliação institucional, que não pode prescindir de uma autoavaliação. (MACHADO, 2012, p. 79).

Isso significa que o trabalho com a utilização dos resultados é uma das principais preocupações das secretarias de Educação de alguns estados e municípios brasileiros, que investem fortemente na política pública de avaliação externa.

Ainda nessa perspectiva da produção de materiais, Brooke e Cunha (2011) ressaltam que as secretarias de Educação buscam fundamentar o apoio pedagógico às escolas por meio da produção de materiais informativos. Tais materiais, de acordo com os autores, são apresentados em duas versões: Boletins Pedagógicos e Relatórios.

Os Boletins seguem um formato próprio para o consumo do professor e disponibilizam, em meio a informações padronizadas, resultados específicos de cada escola e vêm evoluindo com o passar dos anos (BROOKE; CUNHA, 2011). Assim,

uma parte do crédito pela melhoria progressiva dos materiais “devolutivos” deve ser atribuída às próprias agências de avaliação, como o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) e Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (Cesgranrio). Incentivadas pelas SEs que são seus clientes, essas organizações experimentaram diferentes conteúdos e formatos ao longo dos anos e puderam verificar por meio dos contatos diretos com professores e técnicos o grau de acerto das diferentes maneiras de apresentar as informações. (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 14).

Uma informação muito importante a respeito do formato dos Boletins do Spaece é que, como já mencionado anteriormente, a partir do ano de 2015, esses Boletins deixaram de ser impressos, sendo publicados exclusivamente no *site* do sistema; no entanto, a forma como o produto aparece no *site* ainda é a mesma: um

arquivo no formato *Portable Document Format* (PDF) pensado para a impressão profissional.

No que se refere ao Design Instrucional, Filatro e Piconez (2004, p. 2) explicam que ele pode ser definido “como o planejamento do ensino-aprendizagem, incluindo atividades, estratégias, sistemas de avaliação, métodos e materiais instrucionais”. Assim, com base nos argumentos dessas autoras, será defendida a tese de que os colaboradores que atuam como Design Instrucional no CAEd/UFJF devem ser aliados daqueles que elaboram o conteúdo textual na busca por possíveis entraves encontrados na leitura dos Boletins.

É importante estabelecer uma conexão entre a agência que produz esses materiais e os atores educacionais que têm acesso a eles. A esse respeito, Silva V. (2013) explica que relatórios de divulgação de resultados mais instrutivos e pedagógicos enviados às escolas favorecem a interpretação dos dados. Segundo o autor,

ao receber os boletins de resultados, professores e gestores escolares, procuram dar significado a esse material de acordo com seus conhecimentos acerca das avaliações externas. É importante considerar que a realização da análise dos resultados está fortemente condicionada ao formato dos boletins ou relatórios fornecidos pelas secretarias de educação, constituindo-se, na maior parte dos casos, uma espécie de diagnóstico escolar mais ou menos detalhado. (SILVA, V., 2013, p. 9).

Outro autor que aborda a chegada dos Boletins nas redes, Silva R. (2014), acredita que, sob a perspectiva do Spaece,

um fator que contribuiu para que os resultados da avaliação estadual adentrassem as escolas e passassem a fazer parte do trabalho cotidiano dos docentes foi a atuação da Secretaria de Educação, que deu maior ênfase a esses resultados a partir da inclusão na agenda de todas as CREDEs de um momento para a divulgação dos resultados junto às escolas. Essa divulgação, ainda que não contasse com um momento de formação para que os profissionais se apropriassem dos resultados, foi suficiente para que os gestores levassem essa discussão para as escolas e utilizassem os materiais de divulgação do CAEd – esses que representam um forte aliado para a compreensão dos resultados, bem como para promover oficinas no interior das escolas com vistas à apropriação desses dados pelos professores. (SILVA, R., 2014, p. 34).

Como os Boletins Pedagógicos consistem em um material produzido pelo CAEd/UFJF que pode servir como instrumento de apoio para os atores educacionais, os textos relacionados aqui visaram a subsidiar esta pesquisa, que verificou os motivos pelos quais, no caso do Spaece, não ocorre o seu uso efetivo. Os Boletins Pedagógicos não só proporcionam uma leitura mais fidedigna dos resultados, mas também permitem que eles sejam analisados, propondo ações a partir dessa análise. Assim, na próxima seção, será apresentada a metodologia da pesquisa realizada.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O referencial teórico abordado na seção anterior serviu de embasamento para esta seção. Logo, o objetivo desta seção é apresentar a proposta de pesquisa de campo a ser realizada com o ex-supervisor da equipe, responsável por supervisionar a produção do Boletim de 2017, e com a equipe responsável pela Entrega de Resultados e, nesse sentido, elaboração dos Boletins e, também, dois integrantes da Seduc.

A pesquisa foi desenvolvida em caráter qualitativo, já que se pretendeu considerar a percepção de cada um dos participantes da pesquisa sobre o objeto de estudo deste trabalho. Inicialmente, a proposta desta pesquisa seria realizar um grupo focal com os integrantes da equipe do CAEd/UFJF responsáveis pela elaboração dos Boletins, no entanto, diante das medidas de isolamento recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por causa da pandemia de Covid-19, foram realizadas entrevistas no decorrer dos meses de maio e junho de 2020, por *WhatsApp*, e gravadas, mediante autorização dos entrevistados, por meio de recurso do próprio *smartphone* da pesquisadora.

Neste caso, a entrevista semiestruturada foi a opção adotada, pois se trata de um instrumento de pesquisa eficiente quando o intuito é investigar a visão dos entrevistados a respeito de determinado processo.

Essas entrevistas, quando realizadas de maneira satisfatória, possibilitam

ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o

que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215).

Duarte (2004) explica, também, que executar uma entrevista semiestruturada de maneira assertiva exige uma série de fatores:

a) que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa (e introjetados — não é suficiente que eles estejam bem definidos apenas “no papel”); b) que ele conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação (a experiência pessoal, conversas com pessoas que participam daquele universo — egos focais/informantes privilegiados —, leitura de estudos precedentes e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada do pesquisador no campo); c) a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista (fazer uma entrevista “não-válida” com o roteiro é fundamental para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas); d) segurança e auto-confiança; e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação. (DUARTE, 2004, p. 216).

Essas exigências elencadas por Duarte (2004) são cumpridas pela pesquisadora. Assim, no Apêndice A desta dissertação, está disponível o roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com o ex-supervisor da equipe; uma Analista de Avaliação, que atua na elaboração e revisão dos Boletins do Spaece há pelo menos 7 anos; e dois integrantes da equipe responsável pelo *design* dos Boletins, que já atuam nessa demanda há cerca de 9 anos. Já no Apêndice B, encontra-se o roteiro das entrevistas realizadas com uma representante da Seduc e um especialista responsável pela análise do conteúdo dos Boletins.

3.3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO

Esta seção apresenta os dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com integrantes da Seduc e funcionários do CAEd/UFJF. Na primeira entrevista, realizada com a representante da Seduc, que é mestra em Gestão em Avaliação da Educação Pública pela UFJF, especialista em Gestão Educacional e graduada em Ciências Biológicas, ficou ainda mais evidente o quão forte é a política de avaliação no Ceará.

A entrevistada explica que está envolvida com o Spaece desde 1992, na primeira edição, atua em escola, na educação básica, desde 1999 e também já atuou no então escritório do CAEd/UFJF no Ceará.

Eu sou de um estado que leva a avaliação muito a sério, faz avaliação há muito tempo. A gente, a nossa primeira edição, em 1992, ela só saiu nesse ano por um acordo com o Inep, para que o Saeb saísse primeiro e a gente depois. Então, a gente participou das quatro, né? É porque a Alicia Bonamino diz que a gente tem três gerações de avaliação, mas a gente aqui no Ceará costuma dizer que tem quatro, porque a gente está sempre a frente. (REPRESENTANTE SEDUC, 2020, Entrevista I. Entrevistada pela autora).

A representante diz que acredita que a avaliação não resolve todos os problemas relacionados à educação e acredita ser necessário, ainda, que os atores educacionais aprendam a ter uma relação mais tranquila com os resultados. Uma das hipóteses para que essa relação tranquila não ocorra é devido o Spaece ser considerado uma avaliação *high stake*, ou seja, atrelada a muitas premiações e bonificações. Ela explica, nesse sentido:

Hoje, no estado, a gente não consegue viver sem os resultados da avaliação, porque a gente tem uma política voltada para a gestão para resultados e de uso de indicadores para tomada de decisão, seja no nível da gestão principal, seja no nível da gestão escolar ou sala de aula. Então, essa fundamentação é muito necessária para a gente. (REPRESENTANTE SEDUC, 2020, Entrevista I. Entrevistada pela autora).

Quando questionada, na entrevista, sobre a relação do CAEd/UFJF com o sistema de avaliação do Ceará, a respondente reconhece a importância dessa parceria para a viabilização das aplicações, bem como a apropriação dos resultados, principalmente referente às primeiras aplicações, desde o início da parceria, em 2007, com a avaliação da alfabetização.

Especificamente sobre os Boletins, a entrevistada explica que percebeu uma certa padronização desse material para os estados em que o CAEd atua e que, com o passar dos anos, ele foi perdendo a característica de Boletim e ganhando característica de revista; explica, ainda, que o maior entrave é o tempo de produção desses Boletins. Assim, como o Ceará adota a política de gestão por resultados, quanto mais rápido esses resultados são publicados e trabalhados na rede, melhor.

Por esse motivo, a avaliação, que era realizada em novembro, passou a ser realizada em outubro e, em janeiro, a partir dos resultados preliminares da avaliação, acontecem os seminários de divulgação dos resultados da Seduc.

A equipe responsável pela elaboração dos Boletins no CAEd aguarda os resultados finais, após análise de todos os recursos, para concluir a elaboração dos Boletins do Spaece. No caso do Boletim de 2017, a publicação foi realizada em agosto de 2018.

Assim, de acordo com a representante da Seduc, quando os Boletins são disponibilizados no *site*, os resultados já foram trabalhados pela rede há muito tempo e a publicação passa a não fazer mais sentido. Ela afirma que, por esse motivo, não há uma divulgação dos Boletins por parte da Secretaria, ou seja, gestores e professores podem, inclusive, desconhecer esse material.

A gente precisa também separar o ensino fundamental do ensino médio, não ficar aguardando os resultados do ensino fundamental para publicar o Boletim do médio. Se ele não sair no tempo pedagógico, olha, eu tenho metas sendo produzidas para as escolas e eu publico essas metas em março, quando a matrícula estabiliza. Eu tenho o resultado do Spaece, porque a minha meta leva em consideração o resultado do Spaece, então, eu tenho esses dois dados, então eu produzo meta, mas eu só vou produzir análise de resultado em junho? Não tem sentido, a escola já está trabalhando. Aí o Boletim passa a ser só memória agora. Ele deixa de ter uma utilidade prática. (REPRESENTANTE SEDUC, 2020, Entrevista I. Entrevistada pela autora).

Pode-se, a partir daqui, inferir que o fato de o Ceará adotar a gestão por resultados faz com que a cobrança por ações efetivas seja mais forte. Conforme Dusi (2017, p. 44), a gestão por resultados tem como um dos objetivos permitir mais “agilidade, flexibilidade e assertividade”. Ressalta-se, ainda de acordo com Dusi (2017), que

parte dos resultados positivos dessa política implementada no Ceará está relacionado ao regime de colaboração entre o estado e os municípios voltado para a avaliação permanente e conjunta do rendimento educacional, a definição de padrões de qualidade do ensino, a qualificação dos processos de seleção e capacitação de profissionais, a transferência de recursos com base no desempenho educacional dos municípios e o apoio técnico com contrapartida de elaboração e implementação de planos estratégicos e pedagógicos, ou seja, ancorado em premissas de gestão por resultados. (DUSI, 2017, p. 227).

Nesse sentido, a fala da representante da Seduc ratifica que, com base na gestão por resultados, quanto mais cedo os resultados da avaliação forem trabalhados, mais cedo as falhas no processo de ensino-aprendizagem poderão ser corrigidas. Silva R. (2014) reforça a ideia da agilidade da divulgação dos resultados do Spaece:

Para se cumprir com o desafio de promover a apropriação e o uso dos resultados do SPAECE nas escolas, destacamos a necessidade de uma maior agilidade no processamento e na divulgação dos resultados da avaliação, com o intuito de proporcionar às escolas um diagnóstico para que os utilizem no planejamento de suas atividades no decorrer de todo o ano letivo. (SILVA, R., 2014, p. 35).

Outra constatação importante a respeito dos resultados, feita por Machado (2012), é que a utilização dos resultados das avaliações representa

compreendê-los não como um fim em si mesmos, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos. (MACHADO, 2012, p. 79).

O segundo entrevistado é um dos responsáveis da Seduc por analisar pedagogicamente o conteúdo do Boletim do Spaece. Graduado em Engenharia Mecânica, Licenciado em Matemática, e especialista em Ensino de Matemática, ele atua na rede estadual do Ceará desde 2010 e na Seduc desde 2014.

O especialista afirma que os Boletins evoluíram bastante de 2014 até 2017 e destaca, como melhoria, as sugestões de atividades e o roteiro de leitura de análise de resultados. Ele afirma, também, que a equipe faz sugestões com relação às capas e há sempre uma troca com o CAEd/UFJF.

Esse entrevistado acredita que o baixo acesso aos Boletins está relacionado à quantidade de materiais que chegam à escola, atrelado às diversas funções que os gestores e professores têm para desenvolver. O respondente afirma ainda que, quando os Boletins eram impressos (até 2014), pelo menos chegavam à escola, mesmo que o seu conteúdo não fosse trabalhado.

Com relação à disponibilização do material somente no *site*, o especialista acredita na força da era digital e que, dessa forma, o *site* deveria ser mais atrativo. De acordo com Filatro e Piconez (2004),

[...] apoiado por tecnologias, o *design* instrucional admite mecanismos de efetiva contextualização, caracterizados por: maior personalização aos estilos e ritmos individuais de aprendizagem; adaptação às características institucionais e regionais; atualização a partir de *feedback* constante; acesso a informações e experiências externas à organização de ensino; possibilidade de comunicação entre os agentes do processo (professores, alunos, equipe técnica e pedagógica, comunidade); e monitoramento automático da construção individual e coletiva de conhecimentos. (FILATRO; PICONEZ, 2004, p. 4).

Apesar de o Boletim não ser mais impresso desde o ciclo de 2015, esse material é disponibilizado no *site* no formato PDF, sem qualquer interatividade. Apesar disso, o especialista não tem ressalvas sobre o conteúdo abordado nos Boletins, a não ser que os exemplos de itens⁴ são muito ultrapassados. Isso pode ser um indício de que pode haver no estado a prática de ensinar para o teste, muito comum nas avaliações de terceira geração, conforme apontam Bonamino e Sousa (2012, p. 383), “que ocorre quando os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que são avaliados e desconsideram aspectos importantes do currículo [...]”.

Aproveitando a pauta do formato em PDF dos Boletins, cabe, agora, destacar a terceira entrevista realizada pela pesquisadora, dessa vez com integrantes da equipe, responsáveis pelo *design* e editoração dos Boletins.

Ambos os entrevistados atuam no CAEd/UFJF desde 2011 e contam que os Boletins sofreram muitas mudanças positivas durante esses anos. Eles destacam que os Boletins eram feitos quase manualmente, o que levava muito tempo, e o material foi ganhando um *design* mais *clean* e, ao mesmo tempo, procurando dialogar com

⁴ *Item* é o nome dado para as questões que compõem a avaliação em larga escala, com uma diferença das propostas em sala de aula, pois o item avalia apenas uma habilidade, aborda uma única dimensão do conhecimento. Os itens são elaborados para obter do aluno uma única resposta acerca da habilidade avaliada. A partir da análise das respostas dos alunos aos itens, pode-se calcular sua proficiência para aquela habilidade. O item é constituído por enunciado, suporte, comando e alternativas de respostas, que podem ser os distratores ou o gabarito. (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2020a, recurso on-line).

características dos estados em que o CAEd/UFJF atua, principalmente por meio das capas.

Questionados sobre o fato de os Boletins continuarem em PDF, desenvolvidos para impressão no *site* do programa, isto é, no mesmo formato de quando também eram impressos, eles admitem que esse não é o melhor formato para a apresentação de um material na rede e que o CAEd possui a tecnologia necessária para realizar as mudanças que eles julgam necessárias e, segundo eles, isso é uma questão de tempo.

Os PDFs disponibilizados hoje nas plataformas do CAEd não são os modelos ideais para a leitura digital. Não pela sua extensão ser PDF, mas pelo seu desenho ser um desenho destinado a um produto impresso e não um produto digital. Tem algumas questões que tornam a legibilidade deste formato ruim, uma delas é o fato de que, ao longo das páginas das revistas, nós utilizamos aquilo que nós chamamos de páginas espelhadas, conteúdos que ocupam duas páginas, lado a lado, e que têm um funcionamento próprio nessa disposição, nessa composição. Quando o PDF é disponibilizado on-line, nem sempre o usuário vai conseguir ter essa experiência de leitura, vai depender do leitor de PDF, de uma configuração própria que o usuário possa colocar no documento para ter essa leitura. (INTEGRANTE DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELO *DESIGN* E EDITORAÇÃO DOS BOLETINS, 2020, Entrevista III. Entrevistado pela autora).

A Figura 3 consiste na reprodução do PDF do Boletim do Professor do Spaece 2017, visualizado com o recurso “Exibição em duas páginas” do programa. Por meio dela, é possível ratificar a informação de que o material é elaborado para fins de impressão e não para uma leitura horizontal, na tela do computador:

Figura 3 - Reprodução de uma página dupla do Boletim do Spaece 2017



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2017c).

Observa-se que as páginas foram elaboradas para serem lidas como uma página impressa dupla, aberta, pois os ícones que aparecem na primeira página (à esquerda) estão ligados por uma linha pontilhada até os ícones que aparecem na segunda página (à direita). Eles ilustram, portanto, uma linha do tempo com as principais etapas da avaliação externa: planejamento da avaliação, construção de instrumentos, produção de resultados, materiais de divulgação de resultados e desenvolvimento profissional, e a leitura de forma horizontal, sem o recurso “Exibição em duas páginas”, pode não deixar clara essa intenção do *design* para o leitor.

Os entrevistados apontaram outros fatores que fazem com que o formato PDF para impressão não seja o ideal, como textos compostos e organizados em duas ou três colunas, elementos pensados para impressão profissional, que vão até o limite da borda da página, com muitas cores, tamanho da fonte e tamanho da página.

O próprio tamanho da página, que é 210 por 280 para fins de impressão, ela não vai ocupar a tela de um computador, ou às vezes até mesmo de um celular, de forma adequada, a disposição é diferente. Vale lembrar que o papel e as revistas são impressas na

posição retrato vertical, que dizer, 210 milímetros de largura por 280 milímetros de altura e, num monitor de um computador, nós temos uma estrutura que é o contrário, que é horizontal. Então a gente obrigatoriamente tem uma perda de laterais ali no monitor, é uma perda até natural no consumo de textos em internet, geralmente nós temos uma coluna de texto central, mas quando a gente força a entrega de um PDF num monitor, isso pode ficar, novamente, com resultado muito ruim, a leitura pode ficar novamente muito prejudicada. (INTEGRANTE DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELO *DESIGN* E EDITORAÇÃO DOS BOLETINS, 2020, Entrevista III. Entrevistado pela autora).

Uma conclusão à qual se pode chegar até aqui é a de que os Boletins do Spaece, assim como os de outros sistemas de avaliação parceiros do CAEd, deixaram de ser impressos, mas o *design* da publicação ainda é pensado como se eles fossem para a gráfica.

Na entrevista IV, realizada com o ex-supervisor da equipe, este afirma que o fato de os Boletins serem impressos fazia com que, de alguma forma, chegassem às redes e às escolas:

Eu me lembro de uma ocasião que eu estava em um estado do país fazendo uma oficina de divulgação de resultados e uma professora, que se tornou diretora de uma escola indígena, veio agradecer e parabenizar pela fala, mas com uma informação que me marcou muito. Ela estava com um Boletim Pedagógico nas mãos, um Boletim que o CAEd produzia no âmbito daquele programa de avaliação e ela disse: “olha, essa aqui é a única informação do estado que está chegando na minha escola, a escola é isolada e é isso que está chegando”. Quer dizer, o material produzido pelo CAEd era a ponte que ela tinha em termos de informação com a secretaria de Educação com o estado dela. (EX-SUPERVISOR DA EQUIPE, 2020, Entrevista IV. Entrevistado pela autora).

Isso não significa, no entanto, que havia, de fato, a leitura e o estudo desse material quando eles eram impressos, assim como não é possível garantir que aqueles que acessam a página do *site* em que estão disponíveis os Boletins, de fato, leem o material. Brooke e Cunha (2011) explicam que, ainda que tenha ocorrido uma evolução da qualidade dos Boletins Pedagógicos ao longo dos anos, a divulgação dos resultados das avaliações não garante a apropriação deles por parte dos professores.

Os autores ressaltam que:

[...] juntamente com essas práticas de divulgação, observam-se diversas estratégias para a formação continuada de professores com

base nos resultados da avaliação para facilitar a compreensão dos Boletins ou remediar problemas comuns. Ambas as políticas têm evoluído de forma marcante ao longo dos anos, acompanhando a crescente sofisticação dos instrumentos e a importância atribuída ao processo de devolução dos resultados. Além de dar destaque ao conteúdo, os gestores também têm dado mais importância à apresentação gráfica do Boletim, procurando tornar mais fácil a compreensão dos resultados. (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 14).

Sobre a evolução dos Boletins apontada por Brooke e Cunha (2011), ratificada pelos funcionários do CAEd/UFJF e também pelos da Seduc, o ex-supervisor da equipe afirma que, mesmo tendo havido uma evolução ao longo do tempo, algumas características permanecem, afinal o objetivo é o mesmo: ser um material capaz de estruturar, de dar base para utilização dos resultados no âmbito das redes e das escolas (EX-SUPERVISOR DA EQUIPE, 2020, Entrevista IV. Entrevistado pela autora).

Ele explica que, talvez, a mudança mais significativa tenha sido na linguagem empregada nesses materiais:

Os primeiros materiais, os primeiros Boletins, eles tinham uma linguagem muito técnica ainda; na verdade, era isso, era uma instituição de pesquisa experimentando a comunicação que ela tinha com as redes que ela estava ajudando a avaliar. Então, por exemplo, explicar o que é proficiência, o que é escala, o que é uma matriz [de referência]... às vezes os termos eram muito técnicos. No caso da proficiência, por exemplo, era muito estatístico, é uma medida, e aí, você explicar teoria da medida e como isso é produzido, você explicar como que a TRI funciona, né?! Permanece sendo um desafio hoje, não é qualquer pessoa que entende a TRI. E aí, qual é o esforço que a instituição tem que fazer, se comunicar da maneira mais clara possível, numa linguagem adequada pro público com o qual ela tá dialogando. Então, eu diria que a linguagem foi uma grande alteração nessa preocupação de estabelecer uma linguagem mais acessível à escola, sem diminuir a complexidade da avaliação. (EX-SUPERVISOR DA EQUIPE, 2020, Entrevista IV. Entrevistado pela autora).

Ainda de acordo com o ex-supervisor, atualmente os Boletins possuem um aspecto mais pedagógico, são elaborados por analistas e professores com formação na área da educação. Além disso, o fato de haver publicações específicas para a rede, a gestão e os professores contribui para que isso seja possível.

Outra fala relevante do ex-supervisor foi a de que, na opinião dele, as pesquisas contextuais ainda são pouco exploradas pelo CAEd/UFJF na publicação denominada Revista Contextual, citada anteriormente neste trabalho.

Sobre as minhas expectativas, uma coisa que eu ainda espero que aconteça é uma melhor utilização, uma melhor divulgação, uma maior compreensão da importância dos resultados contextuais, dos resultados oriundos dos questionários aplicados junto com os testes, porque os testes, eles têm uma dimensão descritiva: o resultado do aluno é esse, que significa tal coisa pedagogicamente. Mas por quê? Por que o resultado foi esse? O resultado do Ceará, em média, está no padrão de desempenho básico, e isso significa que os alunos ainda não desenvolveram todas as habilidades que deveriam devolver. Ok, a pergunta continua. Por que que eles ainda não desenvolveram? E os fatores associados ao desempenho, pesquisa eficácia escolar, que baseia em grande medida nesses questionários, informações desses questionários, ajudam nessa dimensão explicativa, né? (EX-SUPERVISOR DA EQUIPE, 2020, Entrevista IV. Entrevistado pela autora).

Na entrevista V, realizada com uma das Analistas de Avaliação do CAEd/UFJF, veio à tona novamente a questão de como esses materiais são apresentados no *site*. É importante, antes de mais nada, reafirmar que o *site* do Spaece, elaborado pelo CAEd, de uma maneira geral é muito acessado; porém, a página em que ficam disponíveis os Boletins tem um baixo acesso com relação ao *site*.

Eu acho que o material é mal divulgado dentro da própria plataforma do programa. Eu acho que talvez isso contribua para a não visualização do material por parte dos usuários. Eu acredito que se nas outras páginas houvesse menção ao Boletim, por exemplo, se na página de resultados houvesse uma nota, por exemplo, “na página dos Boletins, você consegue ler um roteiro de análise dos resultados”, ou seja, se nessas páginas houvesse menção aos Boletins, eu acho que ele teria um número maior de visualizações, ele seria visto, seria lido por mais usuários. Eu acho que ele fica um pouco escondido e a pessoa vai procurar só se ela quiser mesmo ver o Boletim. (ANALISTA DE AVALIAÇÃO DO CAED, 2020, Entrevista V. Entrevistada pela autora).

A maneira como os Boletins são apresentados no *site* pode ser mais bem compreendida a partir da reprodução deste, conforme a Figura 4:

Figura 4 - Reprodução parcial da página inicial do *site*

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019j).

A Analista de Avaliação afirma que, observando o *site*, consegue perceber que o Boletim poderia ser mencionado em diversos momentos e isso enriqueceria a leitura do usuário, mas esse trabalho ainda não foi realizado. Outra observação feita pela Analista é com relação ao tempo em que os Boletins são publicados na plataforma. Ela acredita, considerando todas as limitações da equipe com relação às demandas e ao número de colaboradores, que seria necessário pensar no conteúdo ao final de um ciclo de avaliação para que o material fosse publicado assim que os resultados ficassem disponíveis.

Tal posicionamento vai ao encontro da fala da representante da Seduc e ratifica, dessa forma, os principais entraves com relação ao acesso aos Boletins Pedagógicos do Ceará: o tempo que demora para ser publicado no *site* (cerca de dez meses após a aplicação da avaliação e cerca de seis meses após a divulgação dos resultados preliminares), o formato em que ele é apresentado no *site*, PDF, pensado para impressão profissional, e o fato de não haver indicações para a leitura em outras páginas comprovadamente mais acessadas do *site*. Logo, o próximo passo desta pesquisa é propor melhorias com relação ao material para que ele passe a cumprir de forma mais efetiva o seu propósito.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: SUBSÍDIOS PARA O REPLANEJAMENTO DOS BOLETINS PEDAGÓGICOS DO SPAECE

As principais causas do baixo acesso aos Boletins Pedagógicos do Spaece foram identificadas a partir dos dados e análises obtidos por meio da pesquisa de campo. Foi constatado que o formato em que o Boletim é apresentado não contribui para a leitura, que o *site* do sistema de avaliação não atrai o leitor para o produto, por não ser mencionado nas páginas mais acessadas, e que a demora da sua divulgação, que depende dos resultados finais da avaliação após os recursos, faz com que ele chegue ao estado após as ações da Secretaria com relação aos resultados do Spaece.

Nesse sentido, este capítulo apresenta um plano de ação para enfrentar esses entraves e fazer com que o produto possa cumprir, de fato, o seu papel de auxiliar a divulgação dos resultados das avaliações do Spaece. O Quadro 3 apresenta os problemas identificados, com seus objetivos e suas ações propositivas:

Quadro 3 - Problemas identificados, ações propositivas e objetivos

(continua)

Problemas	Ações propositivas	Objetivos
Tempo que o Boletim do Spaece demora para ser publicado no <i>site</i> , considerando os resultados preliminares.	Propor que o Boletim seja publicado com os resultados preliminares do Spaece e que, após a divulgação dos resultados oficiais, o <i>link</i> para os resultados seja substituído.	Fazer com que ocorra, conseqüentemente, a divulgação dos Boletins Pedagógicos por parte da Seduc em conjunto com os resultados preliminares.
Espera da divulgação dos resultados do ensino fundamental para publicar o Boletim do ensino médio na mesma época.	Publicar o Boletim do Professor do ensino médio assim que os resultados preliminares desta etapa forem publicados.	Fazer com que os Boletins sejam trabalhados por atores educacionais envolvidos em todas as etapas avaliadas.
Exemplos de itens publicados no Boletim ultrapassados.	Elaborar propostas de atividades para os professores trabalharem em sala de aula com base nos descritores da matriz de referência com menor número de acertos na avaliação do Spaece.	Desmistificar a ideia do treinamento para o teste por meio de resolução de itens por parte dos alunos e propor o trabalho do currículo do estado, independentemente da matriz de referência da avaliação.

Quadro 3 - Problemas identificados, ações propositivas e objetivos

(conclusão)

Problemas	Ações propositivas	Objetivos
Formato PDF sem interatividade.	Propor que o Boletim seja desenvolvido no formato PDF pensado para a <i>web</i> .	Tornar a leitura do Boletim Pedagógico do Spaece mais interessante, com um material desenvolvido especificamente para a <i>web</i> .
Falta de indicações para a leitura dos Boletins em outras páginas do <i>site</i> .	Propor que o <i>link</i> para os Boletins também esteja disponível na página dos resultados.	Chamar a atenção dos atores educacionais para a leitura dos Boletins como um material de suporte para a leitura e apropriação dos resultados.
Subutilização das informações coletadas a partir dos resultados dos questionários contextuais.	Propor uma seção nos Boletins do Spaece que informe sobre a importância dos resultados contextuais e convide o leitor para a leitura da Revista Contextual.	Destacar para os atores educacionais a importância do cruzamento dos resultados gerais da avaliação com os resultados referentes ao contexto da educação ofertada aos alunos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os Boletins Pedagógicos do ciclo 2018 foram publicados no *site* do Spaece no mês de novembro de 2019, ou seja, há menos de um ano da publicação deste trabalho, não cabendo, portanto, uma nova análise anual dos acessos por meio do *Google Analytics*. Para o ciclo de divulgação de resultados 2019, que ocorre durante o ano de 2020, o CAEd/UFJF desenvolveu uma nova plataforma de avaliação e monitoramento da educação do Ceará.

Além de conferir os resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações realizadas pelo estado no âmbito do programa, a plataforma conta com um ambiente virtual de aprendizagem voltado para o desenvolvimento profissional desses atores educacionais. O objetivo desses recursos e ferramentas é contribuir para o aprimoramento das competências necessárias para a realização de um bom diagnóstico da qualidade da educação no estado, nos municípios e em cada escola, em particular. E, com isso, possibilitar a elaboração de políticas e de estratégias focadas nas reais necessidades dos estudantes cearenses. Na parte pública da plataforma é possível encontrar as coleções de publicação dos resultados do SPAECE, as matrizes de referência utilizadas para a avaliação, os padrões de desempenho estabelecidos para o programa, as etapas de escolaridade que já foram avaliadas etc. Para ter acesso ao ambiente restrito, é necessário possuir login e senha, de acordo com as orientações da Secretaria da Educação (Seduc). (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2020b, recurso on-line).

Isso reforça a fala dos integrantes da equipe de Design Instrucional de que o CAEd/UFJF vem buscando aprimoramento a cada ano. A Figura 5, a seguir, reproduz a primeira tela da *home* da nova plataforma:

Figura 5 - Reprodução parcial da *home* da nova plataforma de avaliação e monitoramento da educação do Ceará



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2020b).

A forma de apresentação dos Boletins Pedagógicos do Spaece 2019, que ainda estavam em produção aguardando os resultados finais do Spaece no momento da finalização desta pesquisa, serão apresentados na nova plataforma, no entanto assemelha-se muito à maneira como eles eram apresentados no antigo portal.

Além disso, o formato do arquivo (PDF) não sofreu alterações. É necessário destacar que se buscou estabelecer um diálogo entre a nova plataforma e os Boletins no que diz respeito à identidade visual e ao seu próprio conteúdo, conforme a reprodução de uma página do Boletim 2019, ilustrada pela Figura 6:

Figura 6 - Reprodução parcial do Boletim do Professor do Spaece 2019

Os resultados da sua escola nos testes do SPAECE 2019, em Língua Portuguesa, podem ser consultados de duas formas:

1. Ambiente restrito da plataforma do programa (MINHA PÁGINA).

Card: Resultados da avaliação.
Acesso: login e senha.
Link: <https://avaliacaoemontoramentoceara.coeddigital.net/>

2. Ambiente público da plataforma do programa

Menu: Resultados.
Acesso: login e senha.
Link: <https://avaliacaoemontoramentoceara.coeddigital.net/>

* Informados ao gestor da escola pela secretaria de educação.

Resultados da avaliação

O processo de avaliação em larga escala não se encerra quando os resultados chegam à secretaria e à escola. Ao contrário, faz-se necessário que todos os agentes educacionais apropriem-se das diferentes informações produzidas a partir dos resultados das avaliações, incorporando-as às suas reflexões sobre as dinâmicas de funcionamento da escola, detalhadas no Projeto Político-Pedagógico e no currículo.

Nas abas que compõem o card **Resultados da avaliação** – disponível no ambiente restrito da plataforma do SPAECE, é possível consultar os resultados gerais da escola, das turmas e de cada estudante, para a alfabetização, os anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Estão disponibilizados, nessas abas, os resultados gerais da rede, das regionais e municípios, das escolas, das turmas e de cada estudante, por etapa e componente curricular avaliados. A seguir, são apresentadas as principais informações contidas em cada página. Você deve clicar no botão desejado para acessá-las

Resultados Gerais	Resultados Escola
Clicando no botão Resultados Gerais, é possível acessar os resultados de desempenho de todos os estudantes da rede que participaram da avaliação do SPAECE 2019: distribuição por padrão de desempenho e proficiência média, bem como dados referentes à participação na avaliação (quantitativos de estudantes previstos e de estudantes avaliados).	Ao selecionar o botão Resultados da escola, são exibidos os resultados de desempenho específicos da escola – distribuição de estudantes por padrão de desempenho e proficiência média –, além dos dados de participação na avaliação, por componente curricular e etapa avaliada. Ler, interpretar e se apropriar dessas informações é imprescindível para a tomada de decisões baseadas em um diagnóstico mais preciso sobre a aprendizagem dos estudantes.

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2020c).

Nota-se que a nova plataforma é mencionada em diversos momentos, tornando o Boletim um aliado da leitura dos resultados contidos na plataforma. Isso também representa um forte avanço com relação às expectativas dos entrevistados na pesquisa de campo.

4.1 UMA NOVA PROPOSTA PARA OS BOLETINS PEDAGÓGICOS DO SPAECE

As ações propostas nesta seção têm como intuito principal resolver o problema encontrado no decorrer desta pesquisa: o baixo acesso aos Boletins Pedagógicos de resultados do Spaece. Para tanto, será considerado o avanço já demonstrado em relação às publicações no presente ciclo de divulgação de resultados, como também o número de funcionários que integram a equipe responsável pela Entrega de Resultados e suas outras demandas.

Isso significa que a proposta apresentada aqui pretende ser totalmente exequível já no próximo ciclo de divulgação de resultados, contando com o cenário atual da equipe e da instituição.

O primeiro problema apontado foi o tempo em que o Boletim demora para ser publicado. Com base nisso, propõe-se antecipar a elaboração desse material, que normalmente começa a ser pensado em dezembro, para o mês de outubro, tendo em vista as outras demandas da equipe nesse período.

O Quadro 4, a seguir, apresenta essa proposta de maneira mais detalhada:

Quadro 4 - Organização da equipe para a elaboração dos Boletins do Spaece

O quê?	Elaboração do <i>template</i> do Boletim Pedagógico do Spaece 2020 a partir do mês de outubro de 2019.
Por quê?	Necessidade, por parte da Secretaria, de que os Boletins estejam disponíveis na plataforma com os resultados preliminares da avaliação.
Onde?	No ambiente de trabalho dos colaboradores do CAEd/UFJF envolvidos nessa demanda.
Quando?	Durante os três meses que antecedem a publicação dos resultados preliminares do Spaece, o que normalmente acontece em janeiro.
Por quem?	Pelos integrantes da equipe de Entrega de Resultados envolvidos com a elaboração dos Boletins.
Como?	Por meio de reuniões entre os colaboradores envolvidos, com apresentação de ideias e discussão de melhorias.
Quanto?	Como esta atividade ocorrerá durante o horário de trabalho dos colaboradores envolvidos e se trata de uma demanda já prevista, não há previsão de custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A espera para que os resultados oficiais sejam publicados e a publicação do Boletim do ensino médio junto com o Boletim do ensino fundamental foram outros dois problemas mencionados na pesquisa de campo. A proposta para tal entrave é que os materiais relativos ao ensino médio possam ser publicados independentes dos materiais do ensino fundamental e que o PDF elaborado para a revista seja mais dinâmico, permitindo *links* para os resultados, sejam os preliminares, sejam os oficiais.

A nova Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Ceará, desenvolvida pelo CAEd/UFJF, já mostra inovação na forma de apresentar os resultados da avaliação, sendo necessário, portanto, que ocorra um vínculo melhor entre o Boletim e a plataforma. Essa ação possibilitará que o material de divulgação de resultados do CAEd/UFJF seja utilizado tanto pelos atores educacionais envolvidos com o ensino fundamental quanto pelos envolvidos com o ensino médio, já que ele estará disponível na plataforma no chamado tempo pedagógico.

Outro problema encontrado na pesquisa de campo foi a falta de indicações para a leitura dos Boletins em outras páginas comprovadamente mais acessadas do *site*,

como a página de resultados da avaliação. De acordo com o Gráfico 1, disponível na página 38, a página de resultados por aluno foi a mais acessada. Nesse sentido, propõe-se, como melhoria para a nova plataforma desenvolvida pelo CAEd/UFJF, proporcionar ao usuário duas formas de visualizar os resultados a partir da *home*: de maneira direta, clicando na aba resultados, ou de forma contextualizada, clicando em Boletim.

Além disso, na pesquisa de campo, foi apontado como um problema o fato de que os exemplos de itens publicados no Boletim são ultrapassados. Com a convicção de que treinar os alunos para os testes não é o melhor caminho para solucionar os possíveis entraves relacionados à aprendizagem e que as matrizes de referência “não esgotam o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula e, portanto, não podem ser confundidas com propostas curriculares, estratégias de ensino ou diretrizes pedagógicas” (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2020d, recurso on-line), a proposta é apresentar mais atividades nos Boletins relacionadas aos descritores da matriz de referência⁵ do Spaece historicamente menos acertados nas avaliações.

O Quadro 5, a seguir, apresenta essa proposta de forma mais clara:

⁵ A matriz de referência apresenta o objeto de uma avaliação e é formada por um conjunto de descritores que mostram as habilidades que são esperadas dos alunos em diferentes etapas de escolarização e passíveis de serem aferidas em testes padronizados de desempenho (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2020d, recurso on-line).

Quadro 5 - Elaboração de roteiros e sugestões de atividades para os Boletins do Professor

O quê?	Elaboração de propostas de atividades que envolvam os descritores menos acertados na avaliação, para os professores trabalharem em sala.
Por quê?	Apontamento, na pesquisa de campo, da necessidade de exemplos de itens menos ultrapassados nos Boletins.
Onde?	No ambiente de trabalho dos colaboradores do CAEd/UFJF envolvidos nessa demanda.
Quando?	Durante os três meses que antecedem a publicação dos resultados preliminares do Spaece, que normalmente acontece em janeiro.
Por quem?	Integrantes da equipe de Entrega de Resultados mestres em Educação, graduados em Pedagogia ou licenciados nas áreas avaliadas pelo Spaece: Língua Portuguesa e Matemática.
Como?	Formação de um grupo de estudos que levantará os descritores menos acertados historicamente em cada etapa e disciplina avaliadas pelo Spaece, expor ideias e discutir as atividades.
Quanto?	Como esta atividade ocorrerá durante o horário de trabalho dos colaboradores envolvidos e se trata de uma demanda já prevista, não há previsão de custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Destaca-se que a equipe de Entrega de Resultados não possui colaborador licenciado em Matemática no presente momento, sendo necessário, portanto, solicitar um suporte da equipe de Construção de Instrumentos, a qual possui especialistas nessa área, para a realização desta proposta.

A subutilização das informações coletadas a partir dos resultados dos questionários contextuais foi mais um problema apontado na pesquisa de campo. Nesse sentido, propõe-se criar uma seção nos Boletins Pedagógicos voltada para a importância da leitura e apropriação desses resultados, já que “pensar a realidade educacional por meio da avaliação, bem como a qualidade da educação oferecida, está para além do resultado do estudante no teste cognitivo em si” (LIMA *et al.*, 2018, p. 1). Essa seção poderá ser desenvolvida pela equipe de Entrega de Resultados em parceria com a equipe responsável pela Produção de Medidas Educacionais do CAEd/UFJF.

Por fim, apresenta-se uma proposta relacionada ao formato dos Boletins que, atualmente, é em PDF pensado para impressão, sem qualquer interatividade. A seguir, o Quadro 6, apresenta essa proposta:

Quadro 6 - Reestruturação do modelo PDF dos Boletins do Spaece

O quê?	Propor que o Boletim seja desenvolvido no formato PDF pensado para a <i>web</i> .
Por quê?	Fazer com que a leitura do Boletim Pedagógico do Spaece torne-se mais interessante, com um material desenvolvido especificamente para a <i>web</i> .
Onde?	No ambiente de trabalho dos colaboradores do CAEd/UFJF envolvidos nessa demanda.
Quando?	Durante os três meses que antecedem a publicação dos resultados preliminares do Spaece, que normalmente acontece em janeiro.
Por quem?	Integrantes da equipe de Entrega de Resultados responsáveis por desenvolver o projeto gráfico dos Boletins Pedagógicos, em diálogo constante com os responsáveis pelo desenvolvimento dos textos.
Como?	Reuniões semanais entre os integrantes da equipe para apresentação e troca de ideias.
Quanto?	Como esta atividade ocorrerá durante o horário de trabalho dos colaboradores envolvidos e se trata de uma demanda já prevista, não há previsão de custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Logo, a proposta não é que o Boletim Pedagógico do Spaece deixe de ser desenvolvido no formato PDF, uma vez que este não é o problema, de acordo com os integrantes da equipe responsável pelo *design*. A proposta é que o Boletim seja desenvolvido em formato PDF pensado para a *web*, com fonte, cor e diagramação adequadas. Espera-se que esse formato mais adequado e publicado em tempo hábil, alinhado à forma como o material será disponibilizado na nova plataforma do CAEd/UFJF, contribua para que ele seja, de fato, utilizado pelos atores educacionais do Ceará, auxiliando-os na leitura, interpretação e apropriação dos resultados do Spaece.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar os motivos do baixo acesso e, conseqüentemente, a baixa utilização dos Boletins Pedagógicos do Spaece 2017. A motivação desta pesquisa deu-se pelo fato de a pesquisadora ser funcionária da Equipe de Entrega de Resultados do CAEd/UFJF, instituição responsável pela viabilização do Spaece no estado do Ceará, atuando na elaboração e revisão dos Boletins.

Assim, buscou-se descrever o contexto no qual os Boletins são desenvolvidos, apresentando o histórico das avaliações externas no Brasil como forma de garantir o direito a uma educação de qualidade a todos os estudantes. Em seguida, foi apresentado o CAEd/UFJF como um Centro de Pesquisa fundamental para o desenvolvimento de sistemas próprios de avaliação nos estados e municípios, além de suas outras frentes: pesquisa, formação e gestão. Os macroprocessos da pesquisa de avaliação do CAEd/UFJF foram detalhados para que fosse possível descrever melhor as ações do Centro.

O surgimento e o histórico do Spaece, e a escolha por pesquisar este sistema, que foi implementado em 1992 e é parceiro do CAEd/UFJF desde 2007, também foram detalhados neste trabalho. Além disso, foi explicado o processo de divulgação dos resultados do Spaece e, com isso, a produção dos Boletins Pedagógicos.

Após a explicação e o contexto da produção desse material, foi esmiuçado o problema da baixa visualização da página do *site* do Spaece em que estão disponíveis os Boletins. Esse problema foi ilustrado por meio de um gráfico extraído do relatório do *Google Analytics*, considerando o acesso dos usuários da data da publicação dos Boletins Pedagógicos 2017 (27 de agosto de 2018) até um ano depois.

Em seguida, com base em um referencial teórico, abordando as três gerações de avaliação externa no Brasil e a gestão para resultados no Spaece, bem como o Design Instrucional, foram analisadas as expectativas com relação aos Boletins por meio da pesquisa de campo realizada com integrantes da Seduc e da equipe de Entrega de Resultados do CAEd/UFJF.

A pesquisa de campo deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas por meio de aplicativo de mensagens. Nessas entrevistas, os principais entraves relacionados ao baixo acesso foram: a demora para ser publicado no *site*, considerando a divulgação dos resultados preliminares do Spaece, o formato em que

ele é apresentado no *site* e o fato de não haver indicações para a leitura em outras páginas. Além disso, foi constatado na pesquisa que, devido à demora da publicação, o material é sequer divulgado pela Seduc aos atores educacionais envolvidos no Spaece.

Assim, após a análise dessas informações, foram propostas ações voltadas para a melhoria dos Boletins Pedagógicos com base na nova plataforma de avaliação e monitoramento do Ceará, desenvolvida pelo CAEd/UFJF para a publicação dos resultados da avaliação realizada em 2019. As propostas aqui elencadas foram construídas a partir da estrutura atual do Centro, buscando, nesse sentido, que elas sejam viáveis já para o próximo ciclo de avaliação.

Esta pesquisa, portanto, poderá servir como base para outros estudos futuros relacionados à forma e à apresentação dos Boletins Pedagógicos do Spaece, desenvolvidos pelo CAEd/UFJF. Isso se deve ao fato de que o Centro tem apresentado contínuo desenvolvimento de suas tecnologias e, por esse motivo, está em constante mudança para atender melhor às secretarias e às redes parceiras.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alícia; SOUZA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, DF: Câmara dos Deputados/Senado Federal, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. PNE em movimento. **Instância Permanente de Negociação e Cooperação**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/instancia-permanente-de-negociacao-e-cooperacao>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BROOKE, Nigel; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia M. (org.). **A avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, v. 1, p. 17-79, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/avaliacao_externa_fvc.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

CALDAS, Karoline. **[Correspondência: informações sobre o PPGP para a dissertação]**. Destinatário: Luciana Bortolucci de Oliveira. Juiz de Fora, 13 ago. 2020. 1 e-mail.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação institucional**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019e.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação educacional**: item. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020a. Disponível em: <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/item/#:~:text=Item%20%C3%A9%20o%20nome%20dado,a%20cerca%20a%20habilidade%20avaliada>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação educacional**: matriz de referência. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020d. Disponível em: <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/matriz-de-referencia/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Coordenação da Pesquisa de Avaliação. **Planejamento, Execução e Monitoramento da Pesquisa de Avaliação 2016-2019**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2017a.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Contratos e Projetos. **Checklist de Dados de Entrada de Projetos**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2017b.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes). **O programa**: histórico. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019b. Disponível em: <http://www.paebes.caedufjf.net/o-programa/historico/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. **Caracterização geral do programa**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019f. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/caracterizacao-geral-do-programa/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. **Linhas**

de pesquisa. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019g. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe). **Conheça a programa.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019c. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentopernambuco.caeddigital.net/#!/programa>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave). **Conheça a programa.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019d. Disponível em: <http://simave.educacao.mg.gov.br/#!/programa>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). **Boletim do Professor 2019.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020c.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). **Boletim do Professor – Língua Portuguesa – Ensino Fundamental.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2017c. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/wp-content/uploads/2018/08/CE-SPAECE-2017-RP-LP-59EF-WEB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). **Boletim do Sistema – Rede estadual e redes municipais.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2017d. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/wp-content/uploads/2018/08/CE-SPAECE-2017-RS-MR-WEB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). **Coleção 2017.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019i. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/colecao/2017-2/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). **Coleção 2018.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019a. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/colecao/2018-2/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). **Home.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019j. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). **O sistema.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2019h. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/o-sistema/o-spaece/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece). **Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Ceará**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020b. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentoceara.caeddigital.net/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

DUSI, Cristina Sayuri Côrtes Ouchi. **Os efeitos da gestão para resultados na educação**: uma análise das políticas públicas educacionais de sete estados brasileiros. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/assets/pdf/PDF_CIS_1500997897_Cristina_Sayuri_C%C3%B4rtes_Ouchi_Dusi_-_2017.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Daila Andrade (org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FILATRO, Andrea; PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. **Design instrucional contextualizado**. São Paulo: Senac, 2004.

FONTANIVE, Nilma Santos. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 83-100, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/2013nahead/aop_0413.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. *In*: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Fundeb**: histórico. Brasília, DF: FNDE, 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico#:~:text=Com%20a%20Emenda%20Constitucional%20n%C2%BA,de%20alunos%20do%20ensino%20fundamental>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GOOGLE ANALYTICS. **Relatório de acesso ao site do Spaeece**. [S. l.]: Google, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Brasília, DF: Inep,

2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LIMA, Naira da Costa Muylaert *et al.* Fatores contextuais associados ao desempenho dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental do Ceará em Língua Portuguesa. *In: REUNIÃO DA ABAVE*, 9., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Recife: Even3, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/abave/50312-FATORES-CONTEXTUAIS-ASSOCIADOS-AO-DESEMPENHO-DOS-ESTUDANTES-DO-5%3f-ANO-DO-ENSINO-FUNDAMENTAL-DO-CEARA-EM-LINGUA-POR>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, jan./jun. 2012. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf. Acesso em: 3 jul. 2019.

MONLEVADE, João Antonio. Construção da complexidade do financiamento da educação pública no Brasil. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/40787>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOTA, Océlia. **Entre a meritocracia e a equidade: o Prêmio Escola Nota Dez na percepção e atuação de agentes implementadores**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6211944. Acesso em: 20 fev. 2020.

PINTO, Thalita Barbosa. **Processos de trabalho realizados pela equipe de campo do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/04/THALITA-BARBOSA-PINTO.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

PONTES, Luiz Antônio Fajardo. **Avaliação Educacional em Grande Escala: a Experiência Brasileira**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/extensao/mec_gestores/aula_02/imagens/01/7_ARTIGO_FAJARDO.pdf. Acesso em: 19 mar. 2019.

PONTES, Luiz Antônio Fajardo. **Medidas de eficácia escolar no contexto das políticas brasileiras de responsabilização educacional: o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, em Minas Gerais**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/176/1/luisantoniofajardopontes.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SALES, Francisca Rosilda de Oliveira. **A eficácia da Oficina de Capacitação para apropriação dos resultados do Simave/Proeb**: o caso de duas escolas da Rede Estadual de Ensino de Juiz de Fora. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/a-eficacia-da-oficina-de-capacitacao-para-apropriacao-dos-resultados-do-simaveproeb-o-caso-de-duas-escolas-da-rede-estadual-de-ensino-de-juiz-de-fora-francisca-rosilda-de-oliveira-sales/>. Acesso em: 26 set. 2019.

SILVA, Roberto Claudio Bento da. **Apropriação dos resultados do SPAECE pelos gestores escolares**: um estudo de caso envolvendo duas escolas do interior do Ceará. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/apropriacao-dos-resultados-do-spaece-pelos-gestores-escolares-um-estudo-de-caso-envolvendo-duas-escolas-do-interior-do-ceara/>. Acesso em: 26 set. 2020.

SILVA, Vandrê Gomes da. Usos da avaliação em larga escala em ambiente escolar. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Anped, 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt14_trabalhos_pdfs/gt14_3264_texto.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com a equipe do CAEd

Bloco 1 – Fale um pouco sobre a sua formação e sobre a sua trajetória profissional até começar a trabalhar no CAEd/UFJF. Você já desempenhou outras funções antes da que você exerce atualmente? O que você fazia? O que você faz atualmente?

Bloco 2 – Na sua opinião, qual a importância do CAEd/UFJF no cenário nacional? Conte um pouco sobre o retorno das redes quando você participa de eventos, reuniões ou ministra oficinas de resultados com relação ao trabalho do CAEd/UFJF.

Bloco 3 – Você saberia dizer se os Boletins Pedagógicos estavam previstos desde o início das avaliações realizadas pelo CAEd/UFJF? Como estavam estruturados os primeiros Boletins? Houve alterações? Se sim, foi uma demanda das secretarias? Na sua atuação com relação aos Boletins Pedagógicos do Spaece, o que você pode apontar como mudança mais expressiva até 2017, mais precisamente?

Bloco 4 – Aponte suas impressões com relação à maneira como o material é divulgado/apresentado no site do Spaece. Conte um pouco sobre o retorno da Seduc com relação aos Boletins Pedagógicos. Descreva suas expectativas com relação ao conteúdo e a forma desse material.

Existe alguma ponderação que você gostaria de fazer em relação às questões que foram levantadas?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com os representantes da Seduc

Bloco 1 – Fale um pouco sobre a sua formação e sobre a sua trajetória profissional até começar a trabalhar na Seduc. Você já desempenhou outras funções antes da que você exerce atualmente? O que você fazia? O que você faz atualmente?

Bloco 2 – Para você, qual a importância das avaliações sistêmicas, tanto da perspectiva nacional quanto da estadual, como o Spaece? Como você enxerga a atuação do CAEd para a viabilização dessa política pública?

Bloco 3 – Você saberia dizer se os Boletins Pedagógicos estavam previstos desde o início das avaliações do Spaece? Como estavam estruturados os primeiros Boletins? Houve alterações? Se sim, foi uma demanda da secretaria? Qual a mudança mais expressiva até 2017, mais precisamente?

Bloco 4 – Aponte suas impressões com relação à maneira como o material é divulgado/apresentado no site do Spaece. Conte um pouco sobre o trabalho da Seduc com relação a divulgação dos Boletins Pedagógicos. Descreva suas expectativas com relação ao conteúdo e a forma desse material.

Existe alguma ponderação que você gostaria de fazer em relação às questões que foram levantadas?